

Fatores de Risco e Fatores de Proteção: um estudo de caso com adolescentes em
cumprimento de Medidas Socioeducativas

Fernanda de Vargas

Trabalho de Monografia apresentado como exigência parcial do Curso de Especialização em
Saúde Comunitária sob orientação da Prof. Dra. Débora D. Dell'Aglio

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Psicologia

Porto Alegre, março de 2012

Sumário

Resumo.....	3
Capítulo I. Introdução	4
1.1 Adolescência.....	4
1.2 Comportamento infracional.....	6
1.3 Família.....	9
1.3.1 Risco e Proteção na Família.....	10
1.4 A Medida Socioeducativa.....	13
Capítulo II. Método.....	15
2.1 Delineamento e Objetivos	15
2.2 Participantes.....	15
2.3 Instrumentos.....	16
2.4 Procedimentos e considerações éticas.....	16
2.5 Análise dos dados.....	17
Capítulo III. Resultados e Discussão.....	18
3.1 Suzane: Caso 1.....	18
3.1.1 Discussão do caso.....	19
3.2 Falcão: Caso 2.....	23
3.2.1 Discussão do caso.....	25
3.3 Francisco: Caso 3.....	30
3.3.1 Discussão do caso.....	31
3.4 Discussão integrada dos casos.....	34
Capítulo IV. Considerações Finais	42
Referências.....	46
Anexos	
Anexo A: Questionário da Juventude Brasileira	55
Anexo B: Termo de Concordância da Instituição	64
Anexo C: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	66

Resumo

O presente estudo procurou identificar os fatores de risco familiares, presentes ao longo do desenvolvimento de adolescentes em conflito com a lei. Buscou-se, além disso, investigar a presença de fatores de risco em outros contextos de desenvolvimento, e também a presença de fatores de proteção na vida destes jovens. Caracterizando-se como um estudo de caso, esta pesquisa analisou a história de vida de três adolescentes que cumprem Medida Socioeducativa em uma ONG. Como instrumentos para coleta de dados, foram utilizados dados das pastas dos adolescentes, contato com os trabalhadores da ONG e aplicação do Questionário da Juventude Brasileira. Para a discussão dos resultados foram analisados os eixos: nível da pessoa, contexto intrafamiliar e contexto extrafamiliar, sendo possível compreender de forma mais ampla as variáveis relacionadas ao comportamento infrator e refletir sobre este fenômeno.

Palavras-chave: Adolescentes; Comportamento Infrator; Famílias.

Capítulo I

Introdução

Atualmente os atos violentos cometidos por jovens vêm se transformando em um grave problema para a sociedade brasileira, e torna-se dessa maneira, necessário que se faça um estudo aprofundado em busca da prevenção destes comportamentos. Para isso é preciso entender aspectos relacionados ao comportamento do adolescente autor de ato infracional, que transgredir as leis e normas sociais.

“Adolescência é, por definição, sinônimo de crise” afirma Osório (1982), e muitos são os autores que discorrem sobre as peculiaridades deste período do desenvolvimento, abordando a adolescência como período psicologicamente frágil para o indivíduo. É neste contexto, que o jovem busca o sentimento de pertencimento social e aquele que não encontra na família, na escola e na sociedade, este sentimento, acaba por transgredir as normas impostas socialmente, assim, o adolescente em conflito com a lei evidencia o mal-estar da atualidade (Soares & Arpini, 2009).

Contudo, a punição e a repressão, ainda são vistas pela sociedade como a melhor forma de conter esses jovens. Como afirma Costa (2005), esta punição é vista como a solução da violência e da criminalidade, funcionando assim, de forma massificadora. Porém, quando concordamos com este tipo de estratégia para o enfrentamento da violência, deixamos de ver o adolescente como ser em desenvolvimento e em estágio peculiar e aceitamos os valores sociais atuais do consumismo, capitalismo e individualismo como norteadores das nossas relações interpessoais.

É necessário um pensamento crítico acerca do estabelecimento dessas relações e um entendimento acerca do adolescente em conflito com a lei, pois muitos são os fatores associados ao comportamento desses jovens. Neste sentido, surge a presente pesquisa, buscando uma maior compreensão da violência juvenil e seus diversos aspectos, visando à prevenção da violência em nossa sociedade.

1.1 Adolescência

A puberdade é um fenômeno que sempre existiu na história da humanidade, entretanto o conceito de adolescência, assim como o seu significado passou a ser discutido a partir do século XVIII. É um conceito que está diretamente ligado às muitas mudanças que ocorreram a nível cultural, social, econômico e histórico nas diversas civilizações existentes. Segundo Grossman (1998), com o surgimento do Iluminismo, acontece um novo movimento de idéias na sociedade daquela época. É então no século XIX que ocorre uma redefinição nos papéis sociais das mulheres e das crianças, assim como o há um novo enfoque nas questões familiares, um

investimento maior na relação entre pais e filhos e o filho passa a ser visto como o futuro da família e objeto de amor dos pais. Neste momento a criança passa a ser vista não meramente como um adulto em miniatura, mas como uma pessoa, um sujeito de vontades, direitos e características peculiares.

No século XIX também, o período da adolescência passa a ser delimitado, existindo porém, diferenças na delimitação conforme o gênero, ou seja, nos meninos o período se estendia do momento da primeira comunhão até o bacharelado, e na menina da primeira comunhão até o casamento. Assim, a adolescência neste período é percebida como um momento crítico do desenvolvimento humano, que apresenta riscos potenciais para o sujeito e também para a sociedade, assim passa a ser temática estudada entre médicos e educadores (Grossman, 1998).

Do interesse de médicos, estudantes e educadores pela adolescência, surge a necessidade de diferenciar as modificações decorrentes no período, modificações físicas (puberdade) e modificações no comportamento. Estes dois processos de modificações ocorrem nos jovens, entretanto há ainda certa confusão entre os dois termos, e uma dificuldade até mesmo dos profissionais desta área em diferenciá-los. Segundo Outeiral (1994), puberdade é o processo biológico que ocorre entre os nove e quatorze anos de idade aproximadamente. Já a adolescência é definida pelo processo de amadurecimento psicológico e social que acompanha ou se inicia com a puberdade (Osório, 1991).

Outeiral (1994) divide a adolescência em três fases: a) a primeira fase, a adolescência inicial (dos dez a quatorze anos) que corresponde basicamente pelas transformações corporais e alterações psíquicas que surgem com esse período; b) a adolescência média (dos quatorze aos dezesseis ou dezessete anos) que envolve a passagem da bissexualidade para a heterossexualidade e c) a adolescência final (dos dezesseis ou dezessete a vinte anos) que implica vários elementos importantes, entre eles, os novos vínculos que o adolescente estabelecerá tanto com seus pais, como com outras pessoas, a adoção de novos valores e responsabilidades como a escolha profissional, e a ainda a aceitação do “novo” corpo, e dos processos psíquicos do mundo “adulto”.

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 1975) separa a adolescência em duas fases, a primeira dos dez aos dezesseis anos de idade e a segunda, dos dezesseis aos vinte anos. A Legislação brasileira, segundo o Artigo 2º (Lei nº 8.069 de 13/07/90) do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, considera adolescentes pessoas entre os doze e os dezoito anos de idade.

Aberastury (1980) denomina a adolescência como um momento decisivo na vida do homem, um período confuso e doloroso, chegando a considerar essa fase como o momento mais difícil da vida do ser humano. Neste sentido, Osório (1982) descreveu a adolescência como uma crise vital seguindo o conceito de Erickson de *crise normativa*, ou seja, a adolescência vista

como um processo evolutivo onde acontece a organização ou estruturação do sujeito, ocorrendo a crise de identidade assinalada por um processo normativo.

Prates (2002) cita que a instabilidade emocional vivida na adolescência deve-se às modificações físicas que ocorrem em seu corpo e a busca de formar sua identidade. Segundo Piaget (2003), em torno dos onze, ou doze anos de idade se inicia o estágio das operações formais, caracterizado pela maturidade de estruturas cognitivas da criança, onde a mesma desenvolve o raciocínio e a lógica necessária a soluções de problemas. Neste sentido, o autor, coloca que é na adolescência que se estrutura a personalidade, nesta busca de formação de identidade e personalidade.

Grimberg, citado em Outeiral (1982), descreve a identidade como resultado da relação de três fatores: o vínculo relacionado com a integração espacial referente ao esquema corporal; o vínculo relacionado com a integração temporal que relaciona experiências passadas com o presente e possibilita pensar no futuro; e o vínculo de sociabilização com figuras significativas, como os pais, professores, amigos.

Osório (1992) descreve a perda da imagem e da condição infantil, a redefinição de uma imagem corporal, a individuação e o estabelecimento de novos valores, como fenômenos que ocorrem nesta fase. Estes fenômenos apresentam ao adolescente um leque de possibilidades, escolhas e decisões, exigindo assim que o jovem se coloque em uma nova posição, para ocupar um lugar na sociedade.

Neste sentido, é necessário que o adolescente experimente novos papéis e essa busca faz com que ocorra uma substituição dos vínculos familiares pelo grupo de iguais, que, conforme Antunes (2000), se identificam na forma de vestir, falar e agir. Entretanto, esta busca por identificação pode gerar um sentimento de solidão e vazio. Neste contexto o adolescente pode recusar as regras, limites e valores impostos pela sociedade, demonstrando isso muitas vezes, através da produção de atos infracionais (Silva, 1999).

As mudanças no relacionamento social, que ocorrem na adolescência, ou seja, a ampliação da rede de relações implica um distanciamento dos pais que durante a infância eram idealizados, há agora a aproximação e identificação com grupo de pares, assim novos vínculos serão estabelecidos, como o companheirismo, amizade e atração sexual. Contudo, o apego com os pais, antes estabelecido, terá grande importância nesta fase, sendo fonte de segurança nos relacionamentos interpessoais (Brazelton & Cramer, 1992).

1.2 Comportamento Infracional

A literatura apresenta diversos modelos que tentam explicar a origem do comportamento antissocial (Nardi, 2010). Entre estes modelos está o Modelo de Shoemaker (2000), que

identifica fatores relacionados ao comportamento delinquentes, dividindo em três níveis: o nível individual, que aponta como causa da delinquência, mecanismos internos do sujeito, os biológicos e psicológicos, como, inteligência, personalidade, baixo nível intelectual, entre outros fatores; o nível estrutural, que compreende os aspectos sociais, que segundo o autor exercem muita influência na delinquência; e o nível sociopsicológico que abrange a autoestima, a influência dos grupos de pares e os sistemas de controle.

Quando há jovens cometendo tantos atos violentos, há uma falha de todo o sistema: nas políticas sociais básicas, na escola, na sociedade e no Estado, isto implica a responsabilidade que todos nós temos para com esses jovens (Castro, 2002). Neste sentido, é necessário que reflitamos: que sociedade é essa? E o que estamos fazendo por nossos jovens?

Conforme Valle (2003), vivemos em uma cultura de consumo, tendo, o “ter” um maior valor sobre o “ser”, neste processo, que valores são esses aos quais nossos jovens estão submetidos? No que diz respeito aos valores sociais, Soares e Arpini (2009) discutem que os relacionamentos atuais são ditados pelo consumo e o individualismo, assim, há um enfraquecimento dos laços afetivos, resultando em uma distorção de valores morais e éticos.

É nesta crise de valores em que vivemos atualmente, que Violante (1997) justifica que se abre espaço para um sentimento de “inadequação”. Este sentimento, conforme Freud citado por Violante (1997), desencadeia uma imensa hostilidade para com a cultura, assim como a ausência de internalização de normas comuns à sociedade. Assim, o jovem busca de uma forma desesperada, no social, aquilo que a sociedade contemporânea promete, que para ser alguém, é necessário consumir, e possuir, porém, muitas vezes esta realidade está distante deles, que então acabam por encontrar outras formas de alcançar esta posição de ser “alguém” (Marin, 1998, p. 103).

Desta forma, Diógenes (1998) descreve o ato infracional como uma busca de preencher um sentimento de inutilidade e exclusão social, sendo a partir do delito que esses jovens passam a ser percebidos. Segundo Violante (1997) é necessário ao sujeito que este possa se projetar como uma imagem valorizada, não só por ele, mas pelo meio social e pelos grupos de convivência. Neste contexto Shoemaker (2000) destaca a influência dos grupos de iguais no comportamento infrator, pois o jovem normalmente age em grupo ou é fortemente influenciado pelo mesmo (Patterson et al., 1992), devido à identificação própria da adolescência.

Esta identificação com os grupos de pares associada a outros fatores, faz muitas vezes com que o adolescente busque o uso de drogas e o cometimento de atos infracionais. Porém, o jovem busca um grupo que apresente características semelhantes a ele, assim, é quando ocorrem falhas acadêmicas e fragilidade nas relações familiares, conforme Patterson, Reid e Dishion (1992), que o jovem se envolve com estes grupos.

A vulnerabilidade típica deste período abre espaço para a busca de prazer imediato, de liberdade e situações de transgressão (Santrock, 2003). Estas vivências, no entendimento de Oliveira, citado em Soares e Arpini (2009), assinalam uma ruptura de vínculos afetivos e uma pobreza nos relacionamentos, bem como a ausência de referencial familiar e social.

Assim, os sistemas de controle, são divididos em dois fatores: o pessoal que envolve características próprias principalmente psicológicas; e o social que envolve as instituições como escola, a igreja, e a família, que ganha destaque nos estudos, tendo em vista que este é o primeiro grupo com o qual o indivíduo convive (Shoemaker, 2000). Além disso, em muitos casos a família é responsável por ampliar a vulnerabilidade dos filhos, estabelecendo um modelo de interação negativo, e que futuramente poderá ser reproduzido (Reppold, Pacheco & Hutz, 2005).

Outro modelo que integra os aspectos individuais com os ambientais para compreender o desenvolvimento dos sujeitos em diversas situações, é a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, que define o desenvolvimento como um processo contínuo e de mudanças nas características biopsicológicas do ser humano, assim como, considera o sujeito dentro do seu contexto (Bronfenbrenner, 1979/1996).

Como contextos deste modelo, são apresentados quatro níveis ambientais: o microsistema que se refere ao contexto individual, questões orgânicas, subjetivas e as relações proximais, como a família. O segundo nível, mesossistema se refere à interação de um ou mais microsistemas; o exossistema diz respeito às influências indiretas, onde o indivíduo não participa ativamente, mas é influenciado como, a rede de apoio e a escola; e o macrosistema, quarto nível proposto pelo autor, destaca os valores, crenças, ideologias e a cultura, sendo o sistema mais amplo desta teoria (Bronfenbrenner, 1979/1996).

Desta forma, percebe-se que todos os níveis têm correlação sendo assim, influenciados um pelos outros. Neste sentido, o estudo de Frias-Armenta et al (2003) aponta que o microsistema apresentou forte influência no comportamento infrator de jovens, contudo, o microsistema foi afetado de forma direta pelo exossistema, tendo-se assim um entendimento de que a cultura, os valores e crenças da sociedade influenciaram o modo destes jovens pesquisados, ao se relacionar com a comunidade e com as suas família, sendo a família neste estudo, apontada como variante direta do comportamento antissocial em 56% dos casos. Assim, ou autores concluíram que este modelo ecológico pode explicar de forma adequada o surgimento e a manutenção da conduta antissocial em adolescentes (Frias-Armenta et al., 2003).

A adolescência, como processo biopsicossocial, apresenta inúmeras variáveis no desenvolvimento do indivíduo (Osório, 1992), desta forma é necessário que se avalie os fatores que podem favorecer ou melhorar o desenvolvimento esperado para a faixa etária do sujeito

(fatores de proteção), ou os fatores associados a resultados não esperados, ou negativos dentro deste contexto, os chamados fatores de risco (Reppold, Pacheco, Bardagi & Hutz, 2002).

1.3 Família

Segundo Minuchin e Fishman (2003) a estrutura familiar é essencial no processo de individuação do sujeito e atua como uma unidade viva, com características próprias, onde o comportamento de um membro da família influencia no comportamento dos demais. Para Osório (2002) a família “[...] é a unidade básica da interação social” (p.14). É neste ambiente que o indivíduo vive suas primeiras relações, é ela que permite que cada pessoa se forme enquanto sujeito, adquira princípios morais e valores sociais. A família é a grande preparadora do sujeito, para que este possa construir relações e conviver no meio social.

Estas primeiras relações, vividas pelo sujeito a partir da convivência familiar, são, segundo Wagner (2002) as mais importantes da vida do indivíduo, pois irão representar a base para o comportamento futuro. Da mesma forma, Klaus e Kennell (2000) afirmam que este vínculo existente entre pais e filhos não representa apenas o vínculo mais forte entre as pessoas, mas também é, o mais importante das ligações humanas.

Dalbem e Dell’Aglío (2005) destacam que apesar das representações de afeto se darem desde muito cedo na criança, as mesmas continuam a evoluir. Entretanto, todas estas representações, são sutilmente influenciadas pelas experiências relacionadas ao apego na infância. Conforme o Modelo de Desenvolvimento do Comportamento antissocial, proposto por Patterson et al. (1992), os pais ou outros membros familiares, são os primeiros responsáveis por determinar comportamentos antissociais nas crianças. Diversos estudos (Desai, Lam, & Rosenhenck, 2000) corroboram que existe uma relação estreita entre a dinâmica familiar e o desenvolvimento do padrão de comportamento antissocial. Dentro desta dinâmica familiar, as práticas educativas parentais deficitárias são indicadas como principal determinante neste tipo de comportamento. Através de práticas ineficazes, como por exemplo, técnicas coercitivas, os pais podem colocar em risco as próximas etapas de relações das crianças.

Por outro lado, Salvo, Silvaes e Toni (2005) citam estudos que demonstram que práticas educativas positivas como, comportamento moral e monitoria positiva, estão relacionadas ao desenvolvimento da empatia, do senso de justiça, da generosidade, da instalação dos sentimentos de culpa e vergonha, ou seja, um desenvolvimento de comportamento pró-social.

A segunda etapa do Modelo de Desenvolvimento do Comportamento antissocial (Patterson et al., 1992) apresenta as relações sociais vividas fora do âmbito familiar, como a escola. Neste momento, crianças que vêm de uma relação familiar que possibilitou o treinamento de habilidades antissociais, encontram dificuldades em aprender agora, habilidades sociais e

acadêmicas. A terceira etapa se refere à entrada do adolescente no grupo de pares que pode contribuir para o uso de drogas e a transgressão da lei, pois o jovem amplia sua rede de relações, e já busca relações ligadas a sua sexualidade (Brazelton & Cramer, 1992). Esta formação de rede com grupos antissociais evidencia mais uma vez uma falha na vivência familiar, problemas familiares para monitorar os filhos (Patterson et al., 1992).

A quarta e última fase proposta pelo Modelo de Desenvolvimento do Comportamento antissocial, ocorre na fase adulta do sujeito, onde a delinquência, o uso de drogas e institucionalização evidenciam falhas nas habilidades sociais que vem ocorrendo desde a infância, tendo seu início no eixo familiar (Patterson et al., 1992).

1.3.1 Risco e Proteção na Família

Gallo e Williams (2005) referem que o conhecimento acerca de quais fatores de risco e de proteção influenciam os jovens em seus comportamentos agressivos, torna-se essencial na elaboração de intervenções e projetos que visam à prevenção da transgressão à lei.

Desta forma, são considerados Fatores de Risco, aquelas variáveis ou situações que podem estar associadas à ocorrência de resultados indesejáveis no desenvolvimento de crianças e adolescentes, frente ao esperado para a faixa etária e para o contexto cultural (Bandeira, Koller, Hutz & Foster, 1996). Os fatores de risco estão ligados a características individuais incluindo: sexo, habilidades sociais e intelectuais, aspectos psicológicos, entre outros; e características ambientais como: apoio social, presença de eventos estressantes, características culturais e familiares (Masten & Garmezy, 1985).

Ressalta-se ainda que a exposição a eventos estressantes caracteriza-se como um fator de risco e está associado à ocorrência de uma variedade de distúrbios físicos e mentais. Como eventos estressantes consideram-se quaisquer mudanças no ambiente em que vivem os indivíduos. Normalmente estas mudanças ocasionam grandes níveis de tensão e ansiedade, o que pode interferir nos padrões considerados normais de resposta do sujeito (Masten & Garmezy, 1985).

A família considerada como a primeira forma de sociabilidade do indivíduo, ganha destaque em estudos e pesquisas, pois é um relevante fator de risco ou proteção para o comportamento infracional, tendo as suas relações, influência nas condutas sociais desde a infância até a vida adulta, assim as futuras relações dependem da dinâmica, funcionamento e características familiares (Ceolin, 2003; Feijó & Assis, 2004).

No que diz respeito às relações familiares, Winnicott (1999) argumenta que é a relação estabelecida com a criança no seio familiar, o ponto primordial para uma estruturação de personalidade saudável. Por outro lado, a fragilidade destas relações torna a criança vulnerável,

ocasionam sequelas que afetarão o desenvolvimento cognitivo das vítimas, podendo acarretar psicopatologias severas (Reppold, Pacheco, Bardagi & Hutz, 2002). Por isso, vivências de maus-tratos, abuso sexual e negligência na infância se apresentam como fator de alto risco ao envolvimento criminal (Rolim, 2009).

Muitas pesquisas citam os principais fatores de risco dentro das famílias, para o comportamento antissocial, entre estes fatores estão: famílias monoparentais, número de irmãos e família numerosa, história de violência familiar, abuso de drogas, presença de pais infratores, nível sócio-econômico baixo, entre outros (Rolim, 2009).

Pacheco (2004) apresenta a monoparentalidade como risco, pois segundo a autora, estas famílias podem encontrar dificuldade em atender os filhos de forma satisfatória, pode haver mais tolerância, pouco monitoramento e supervisão, assim, os filhos ficam mais expostos ao ambiente e ao grupo de pares. Outro fator que pode contribuir para o desenvolvimento da conduta antissocial é o número de irmãos, pois o elevado número de irmãos e/ou familiares pode favorecer um monitoramento ineficiente e podem influenciar nas práticas educativas adotadas pelos pais (Hein, 2004; Pacheco & Hutz, 2009).

As práticas educativas parentais referem-se às estratégias utilizadas pelos pais, com o intuito de educar, disciplinar e sociabilizar seus filhos (Newcombe, 1999). Muitos estudos destacam a correlação de práticas deficitárias com o comportamento infrator, entre estes estudos está o de Hein (2004) que aponta práticas educativas negativas como preditoras do comportamento infrator juvenil. Da mesma, uma pesquisa realizada por Vargas e Cezne (2009), com pais de adolescentes que cumpriam medidas socioeducativas, encontrou como práticas negativas mais comuns entre os pais, a monitoria negativa e a disciplina relaxada.

Carvalho e Gomide (2005) corroboram em seus trabalhos a presença de práticas educativas de disciplina relaxada e também de negligência em grupos considerados de risco, como adolescentes com comportamento antissocial. Estas práticas negativas podem afastar fisicamente e psicologicamente as crianças e adolescentes de seus familiares (Hein, 2004).

Gallo e Williams (2005) destacam que pais com envolvimento em crimes e situação de aprisionamento, uso abusivo de álcool e outras drogas, e que violentam seus filhos fragilizam o vínculo com os mesmos e por consequência podem comprometê-los psicopatologicamente. A Organização Mundial de Saúde (2005) também considera os maus-tratos sofridos na infância como um importante fator preditivo para a psicopatologia. Estudos longitudinais sobre associação entre abuso na infância e a criminalidade na vida adulta, ressaltam que as vítimas de maus-tratos e violência, desenvolvem comportamentos agressivos, e que em muitos casos, levam a quadros de delinquência e crime (Rivara & Farrington, 1995 citados por Reppold et al. 2002).

Outras situações que operam como fatores de risco dentro da família, conforme Hutz et al. (1996), são a baixa remuneração da família e a baixa escolaridade parental. O nível socioeconômico baixo apresenta-se como fator de risco no sentido em que proporciona privações econômicas a estas famílias, além de aumentar as chances de inserir as mães no mercado de trabalho, com objetivo de aumentar a renda familiar, contudo, acaba por distanciar estas relações maternas. O fator socioeconômico influencia diretamente estas relações, já que além da dificuldade de prover o sustento da família, muitas destas mães, não encontram apoio dos companheiros nos cuidados da casa e dos filhos, além de não contarem muitas vezes com recursos da comunidade, como creches, rede de saúde eficiente, entre outros (Gallo & Williams, 2005).

Assim, pode-se concluir que a privação financeira acaba por acarretar privações afetivas, o que segundo Winnicott (1999) faz com que as crianças manifestem comportamentos antissociais, que sinalizam o desejo de recuperar algo perdido. Estas crianças agredem o ambiente em que vivem para testarem se este ambiente é capaz de conter as suas desesperanças em encontrar alguém capaz de suportar seus impulsos, originários das privações sofridas.

Winnicott (1999) coloca ainda, que a partir destas privações, a criança se vê obrigada a lutar por sua sobrevivência, e busca esta sobrevivência de forma violenta e precocemente. Gauer (2010) ao citar Rolim (2009) completa esta discussão, afirmando que a privação de recursos de qualquer ordem que seja (financeira, de saúde, educacional e afetiva) proporciona violentas sequelas. Por outro lado, práticas efetivas, existência de vínculo afetivo, sentimento de apoio, monitoramento e bom funcionamento familiar, funcionam como fatores de proteção, que reduzem a probabilidade de resultados negativos, como o envolvimento de jovens em situações delitivas (Feldman & Weinberger, 1994; Stice & Barrera, 1995).

Neste sentido, Masten e Garnezy (1985) descrevem a coesão familiar como um dos três grupos de fatores de proteção relevantes ao desenvolvimento dos indivíduos (os outros grupos se referem a atributos pessoais e a disponibilização de sistemas externos de apoio). Corroborando esta idéia, Gomide (2009) descreve o monitoramento do comportamento dos filhos, o reconhecimento de seus problemas, a manutenção do afeto positivo e estável, o estabelecimento e cumprimento das regras e o ensinamento de valores morais aos filhos, como fatores preventivos do comportamento antissocial e infrator.

Feldman (1979) destaca a ligação entre o crime e a carência afetiva. A carência prejudica a construção de relações afetivas com outras pessoas, o que pode levar ao desenvolvimento futuro do comportamento infrator, pois o indivíduo que se desenvolve em um ambiente com ausência de relações afetivas consistentes, pode não apresentar remorso ao prejudicar os outros.

Sendo assim, ressalta-se a importância de estudar os fatores de risco e os fatores de proteção existentes dentro das famílias dos adolescentes que cumprem Medida socioeducativa.

1.4 A Medida Socioeducativa

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Artigo 103, define como ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção no Código Penal Brasileiro, assim, conforme Saraiva (1999) este comportamento do adolescente não é visto como crime, como no caso de adultos. O Artigo 112 determina então que a autoridade competente poderá aplicar Medida Socioeducativa ao adolescente em conflito com a Lei. A execução desta Medida tem como finalidade a reintegração familiar e comunitária do adolescente praticante de ato infracional (Prates, 2002).

As medidas socioeducativas, conforme Saraiva (1999) se dividem em:

1) Não privativas de liberdade: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade (PSC) e liberdade assistida (LA) ;

2) Privativas de liberdade: semiliberdade e internação em estabelecimento educacional.

A Liberdade Assistida corresponde ao acompanhamento do adolescente que deve cumprir esta medida, este cumprimento deve se dar de forma pedagógica levando-se em conta a adolescência como período peculiar de desenvolvimento. Para isso, ao adolescente é designado um orientador judiciário que tem a função de orientar e apoiar este adolescente nas mais variadas esferas de sua vida: familiar, escolar, profissional e comunitária. Este orientador realiza visitas domiciliares, contato escolar e diversos encaminhamentos, devendo ser uma pessoa capaz de impor ao jovem, noções de limite, autoridade e também afeto (Saraiva, 1999).

Sobre as medidas socioeducativas, o senso comum, acredita que o Estatuto da Criança e do Adolescente não pune adequadamente os adolescentes autores de atos infracionais, pois a maior parte da sociedade apresenta ideais meramente punitivos, vendo no Direito Penal, a promessa de solução para a criminalidade. Desta forma o criminoso ocupa o lugar de inimigo da sociedade devendo ser excluído do convívio social (Costa, 2005). Contudo, a autora infere que a Liberdade Assistida é a medida socioeducativa que mais apresenta sucesso, quando aplicada de forma adequada. Isto se dá, segundo a percepção de Sotto Maior (1976) citado por Costa (2005), porque esta medida interfere na realidade familiar e também social do adolescente, mesmo não o retirando de seu contexto familiar e comunitário, buscando resgatar suas potencialidade e auxiliá-lo na construção de um novo projeto de vida.

O fortalecimento do projeto de vida juntamente com o fortalecimento dos vínculos destes jovens, na concepção de Costa e Assis (2006), oferecem a oportunidade de que o cumprimento da medida seja vivenciado de forma positiva e não punitiva. As autoras descrevem que estes

jovens estão ou foram expostos a muitas situações de risco em suas trajetórias, assim, apresentam uma perspectiva de vida muito frágil. Neste sentido, Soares e Arpini (2009) complementam: “Como gostar de algo que é para o futuro, um futuro que eles não sentem que podem alcançar? (...) Para esses jovens, não é permitido sonhar, planejar, traçar outros caminhos além da miséria, da violência e da exclusão” (p.190). Conforme Costa e Assis (2006), o envolvimento de adolescentes em atos infracionais está relacionado também à ausência de um projeto de vida, que se apresenta como fator de vulnerabilidade neste contexto.

Por isto as intervenções realizadas com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas devem possibilitar a ressignificação do desejo destes jovens, buscando a construção de uma nova história de vida. O período de cumprimento de medida deve representar um momento crucial de estruturação e construção deste projeto, que irá proteger o adolescente no sentido em que proporciona conhecimento de seus desejos e de seus próprios limites, bem como das possibilidades apresentadas. Nesta construção faz-se necessária a presença de figuras que representam apoio e coragem para enfrentar este novo caminho (Costa & Assis, 2006).

Outro fator de proteção, apresentado por Costa e Assis (2006), é a formação de vínculos como a base do apoio emocional que é necessário para despertar no adolescente um sentimento de segurança essencial para o enfrentamento de situações adversas. Estes fatores apresentados pelas autoras, corroboram a idéia de Zamora (2008), que infere que a medida socioeducativa pode muitas vezes funcionar como medida de proteção, pois representa um momento crucial na vida do adolescente e sua família.

Neste sentido, as instituições que atendem adolescentes em conflito com a lei devem compreender o que estes jovens buscam com suas atitudes e o que estas instituições representam para eles. De acordo com Goldenberg (1998), os adolescentes buscam nestas instituições uma filiação, um reconhecimento de suas demandas, suas incertezas frente à realidade em que vivem. Portanto, é preciso que estes jovens autores de ato infracional percebam que existe alguém capaz de limitar seus impulsos, já que provavelmente houve uma falha nesta instauração de Lei dentro do lar destes jovens. O próprio adolescente e a criança exigem que lhes sejam impostos limites, pois o limite transmite segurança. Sobre as instituições que atendem adolescentes autores de ato infracional, Marin (1998) problematiza:

“(...) as instituições que atendem adolescentes em situação de risco social estão muito mais a serviço de tentar excluir e negar a violência produzida pela sociedade, do que de oferecer um espaço referencial e reorganizar para esse jovem que busca encontrar, no social, as formas de satisfação que lhes foram prometidas”. (Marin, 1998, p.101)

Capítulo II

Método

2.1 Delineamento e Objetivos

Este estudo foi desenvolvido a partir da pesquisa **“Um Estudo dos Fatores de Risco e Proteção com Jovens que cumprem Medida Sócio-educativa (e que se encontram em Situação de Vulnerabilidade Psicossocial)”**, coordenada pela Prof. Dra. Ana Cristina Garcia Dias do Programa de Pós-Graduação da Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria - RS.

Tal pesquisa tem como objetivo principal investigar o perfil sociobiodemográfico, os fatores de risco e de proteção presentes na vida dos jovens em conflito com a lei e em outras situações de vulnerabilidade, além de buscar conhecer a situação de suas famílias na cidade de Santa Maria. Este trabalho torna-se importante no sentido em que busca a compreensão dos fatores que podem contribuir para que adolescentes entrem em conflito com a lei, além de identificar os fatores que podem contribuir para o não envolvimento no delito, buscando a prevenção da violência entre os jovens.

Foi utilizado um delineamento de estudo de casos múltiplos. A escolha por este método se deu pela intenção de compreendermos os casos em si e não de forma generalizada (Yin, 2005). Tivemos como foco principal três adolescentes em conflito com a lei, com o objetivo principal de identificar os fatores de risco familiares presentes ao longo do desenvolvimento destes adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativa de Liberdade Assistida.

Os objetivos específicos foram:

- Investigar a presença de fatores de risco em outros contextos da vida dos adolescentes (nível da pessoa e contexto extrafamiliar).
- Investigar a existência de fatores de proteção na vida destes adolescentes.

2.2 Participantes

O presente estudo teve como participantes: três adolescentes, dois do sexo masculino e uma do sexo feminino, com idades entre 13 e 16 anos de idade, que se encontravam cumprindo Medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) em uma ONG na cidade de Santa Maria. Os adolescentes foram selecionados por conveniência, de forma a representarem o fenômeno investigado, buscando-se contrapor casos de sexo diferente e casos de vinculação satisfatória/insatisfatória com a instituição. Os adolescentes aceitaram participar da pesquisa.

2.3 Instrumentos

Foi utilizado como instrumento de Pesquisa, o Questionário da Juventude Brasileira. Tal instrumento foi elaborado para a segunda etapa do Estudo Nacional sobre Fatores de Risco e Proteção na Juventude Brasileira, a partir do questionário utilizado na etapa I (versão FASE II - Dell’Aglío, Koller, Cerqueira-Santos, & Colaço, 2011 - Anexo A), vinculado ao Grupo de Trabalho “Juventude, Resiliência e Vulnerabilidade” da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP). O objetivo do questionário é investigar comportamentos de risco, fatores de risco e proteção em adolescentes, abordando aspectos biosociodemográficos dos participantes, assim como aqueles relacionados à educação, lazer, rede de apoio social, violência, religiosidade, saúde (incluindo drogas e sexualidade), trabalho, humor/tentativa de suicídio, autoestima e autoeficácia.

Neste estudo foi utilizada a versão reduzida do questionário, para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, que foi construída com 47 questões, tendo em vista a dificuldade dos mesmos para completar o instrumento original (Nardi, 2011).

Ainda foram feitas algumas adaptações, tendo em vista que o instrumento foi aplicado a adolescentes que cumpriam medida aberta e por isso questões que envolviam aspectos relacionados a medidas fechadas, como, por exemplo, tempo na instituição e frequência de visitas, foram retiradas.

2.4 Procedimentos e Considerações Éticas

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria. Ressalta-se ainda, que por se tratar de uma população adolescente, necessitaríamos da autorização dos pais ou responsáveis, para a participação dos filhos na pesquisa, contudo, devido à dificuldade em entrar em contato com as famílias dos adolescentes, que em sua maioria são ausentes e não acompanham ou participam das atividades dos filhos, o Comitê de Ética da UFSM autorizou que realizássemos a pesquisa a partir da autorização dos adolescentes e não de suas famílias.

Após a aprovação do projeto, foi realizado contato com os responsáveis pela Instituição, para apresentar os objetivos do estudo e o instrumento que seria utilizado. Estando ciente deste processo, a instituição assinou o Termo de Concordância da Instituição (Anexo B), autorizando a realização do estudo no local citado.

Os adolescentes foram convidados a participar do estudo, sendo ressaltada a questão do sigilo, da possibilidade de desistência a qualquer momento e da voluntariedade de participar da pesquisa. Aqueles adolescentes que concordaram em participar assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo C). Devido à dificuldade de contato com os pais dos

adolescentes da instituição, o Comitê de Ética autorizou que a pesquisa fosse realizada sem assinatura de Termo de Autorização pelos pais ou responsáveis, sendo que somente os adolescentes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A aplicação do instrumento foi de forma coletiva, em pequenos grupos, tendo aproximadamente 60 minutos de duração. Ressalta-se que havendo necessidade dos participantes em receber atendimento ou apoio durante ou após a realização da coleta de dados, os pesquisadores disponibilizaram esta assistência.

Também foram utilizadas outras informações (história de vida, contexto do delito, características pessoais, cumprimento da medida, entre outras) coletadas nas pastas dos adolescentes e dos profissionais que os atendiam, buscando-se uma triangulação de dados e assim um maior conhecimento de cada caso.

2.5 Análise dos dados

Os dados obtidos a partir do questionário aplicado e das pastas dos adolescentes foram avaliados de forma qualitativa, sendo realizada inicialmente uma análise individual de cada caso e depois, uma discussão integrada, apontando os principais resultados e percepções. Em cada caso foram destacados os seguintes eixos de análise para a discussão: nível da pessoa, contexto intrafamiliar e contexto extrafamiliar.

Capítulo III

Resultados e Discussão

Neste capítulo são apresentados os resultados referentes a cada caso, sendo discutidos os fatores de risco e de proteção encontrados no contexto intrafamiliar e em outros contextos, conforme a história de vida de cada adolescente. Esta discussão será realizada a partir da contextualização individual de cada participante.

Os nomes dos participantes foram alterados neste trabalho, com o objetivo de preservar suas identidades, bem como de suas famílias.

3.1 Suzane: Caso 1

Suzane é uma menina de 15 anos que está cumprindo um ano de Liberdade Assistida por Homicídio. Atualmente mora com a mãe, três irmãos mais novos e seu companheiro de 20 anos. Sua mãe realiza faxinas para manter o sustento da família e o companheiro de Suzane ajuda nas despesas da casa com o salário que recebe como auxiliar em obras. Os pais de Suzane se separaram quando ela tinha cinco anos, mas a adolescente não faz referência nenhuma ao pai, demonstrando indiferença em relação a ele.

A adolescente não apresenta um bom vínculo com a mãe, de quem guarda muita mágoa por nunca estar presente em sua vida, sentindo-se “*abandonada*” pela mãe, pois foi criada pelos avós maternos desde os 2 anos de idade. Quando a adolescente tinha nove anos a avó, com quem ela era bastante ligada emocionalmente, veio a falecer, Suzane mudou bastante, ficou “*perdida*”, pois afirma que era com a avó que desabafava e a avó sempre fazia todas as suas vontades. Após este incidente a mãe de Suzane, que residia em outra cidade, veio residir com o avô de Suzane (portador de Alzheimer) e com a adolescente, trazendo consigo seus outros filhos e seu novo companheiro que era usuário de drogas e ex-presidiário. Suzane afirma ter ficado “*perdida*” com as diferenças entre a criação dada pela avó e a forma como a mãe lhe tratava.

Neste período, Suzane chegou a morar com uma professora para auxiliar nos serviços da casa e nos cuidados dos filhos da mesma. Permaneceu no local por alguns meses, pois sua irmã frequentemente a procurava em situação de desespero para Suzane voltar para casa, pois o padrasto agredia sua mãe quase que diariamente. Desta forma a adolescente retornou para casa, pois “*tinha medo que ele matasse minha mãe*”, e o avô com sua doença já em estado avançado nada podia fazer para defender a filha das agressões do companheiro.

Certo dia, o padrasto sob efeito de drogas chegou em casa e teria tentado abusar sexualmente de Suzane enquanto sua mãe estava no pátio da casa. A adolescente entrou em luta

com o padrasto, que por estar sob efeito de entorpecentes logo caiu no chão. Em seguida Suzane e a mãe o amarraram em uma cadeira e o agrediram com uma barra de ferro e o estrangularam com um fio de luz até a sua morte. Após isso, chamaram a polícia e afirmaram que o homem estava desacordado, mas quando a polícia chegou constataram que ele já estava sem vida. Como consequência, a mãe de Suzane responde ao processo em liberdade, mas perdeu a tutela de seu pai, passando os cuidados para um irmão. Com a perda da tutela, a mãe de Suzane passou a não ter mais direito à renda (aposentadoria) que seu pai recebia e auxiliava a família, e, assim, a família começou a passar por grandes problemas financeiros. Três meses depois do ocorrido, Suzane recebeu como Medida socioeducativa, um ano de Liberdade Assistida. Quando iniciou sua medida, demonstrou um pouco de arrependimento pelo que fez, contudo não pela morte do padrasto e sim pelas consequências que o ato ocasionou, como por exemplo, a dificuldade financeira. Afirma não ter tido a intenção de matar o padrasto, apenas “*queria dar uma tunda*” para ele sentir o que fazia a mãe dela sentir.

Quanto à medida socioeducativa, Suzane apresenta bom vínculo com a instituição e toda a equipe da ONG, participa de todas as atividades propostas, é assídua e comprometida. A instituição encaminhou Suzane para avaliação psiquiátrica devido a sua dificuldade de controlar seus impulsos, mas agora a adolescente toma medicamento e está mais calma.

Quanto à escola, a adolescente apresenta bom vínculo com os professores, mas não demonstra vínculo ou amizade com seus colegas, não tem grupo de amigos nem na escola, nem em sua comunidade. Apresenta bom rendimento escolar, contudo apresenta histórico de troca de colégio devido a desentendimentos com colegas que “*debochavam*” dela, afirmando que a mesma não tinha mãe (quando era criança e ainda morava com a avó), e depois a chamavam de assassina (após o incidente). Concluiu o Ensino Fundamental este ano e, como plano futuro, deseja fazer Magistério, trabalhar, casar, ter filhos e sua casa.

3.1.1 Discussão do Caso

Nível da Pessoa

No nível pessoal, características de Suzane podem ser entendidas como um importante fator de risco para o cometimento do delito. Pode-se observar que a adolescente apresenta baixa tolerância a frustrações: “*por que tudo que eu gosto é tirado de mim?*”; e muita dificuldade de controlar seus impulsos, afirmando que não consegue se controlar em momentos de raiva: “*falo o que me vem na cabeça quando alguém me irrita*”, tendo inclusive ameaçado a mãe de morte algumas vezes e se envolvido em brigas fora de casa. Desta forma Suzane foi encaminhada para avaliação psiquiátrica onde foi diagnosticado Transtorno Explosivo Intermitente (CID 10). Conforme Rolim (2009) durante o processo de estruturação da personalidade, muitos são os

fatores que podem motivar ou inibir a conduta agressiva. Dentre os fatores de risco individuais citados pelo autor, estão: impulsividade genética, comportamento irritadiço, hábitos irregulares, hiperatividade, déficit de atenção, exposição à violência, extroversão demasiada, ousadia, consumo de substância psicoativa, baixa empatia, hábito de mentir e psicopatologias.

Contexto Intrafamiliar

A partir da análise realizada foi possível identificar diversos fatores de risco dentro do contexto familiar da adolescente. Um importante fator de risco, identificado na história de vida de Suzane, foi o abandono que sofreu pelos pais ainda na infância. A adolescente se refere ao acontecimento com muita mágoa, e é evidente em sua fala a presença do sentimento de abandono até os dias de hoje. Afirma que sua mãe nunca esteve presente, principalmente nos momentos que mais precisou dela, diz *“ela nunca me tratou como filha”*. O distanciamento dos pais, bem como um relacionamento pobre com eles, está diretamente ligado ao desenvolvimento de problemas psicossociais em adolescentes. Esta vivência de distanciamento na relação com figuras significativas configura-se como um relevante fator de risco para jovens, pois ficam expostos à diminuição de atenção e de cuidados por parte de seus pais (Pedersen, 1994 em Nardi, 2010). Por outro lado, conforme Steinberg (2000), adolescentes que vivenciaram contextos familiares afetivos, apresentam melhor desempenho escolar, menos quadros de depressão e ansiedade, e apresentam altos níveis de autonomia e autoconfiança.

Percebe-se, contudo, que a mágoa de Suzane é direcionada somente à mãe, pois sobre o pai a adolescente nada fala e não demonstra sentimento nenhum em relação ao mesmo, afirma não saber onde ele está e nem se interessar por ele. A ausência ou a distância paterna fazem parte da vida da maioria dos casos de adolescentes em conflito com a lei (Dell’Aglia et al., 2004). Entretanto, conforme Fonseca (2002), a existência de alguma figura que exerça a função paterna pode funcionar como um fator de proteção nesses casos. Acredita-se, porém, que no caso de Suzane ninguém tenha exercido esta função, a adolescente foi criada pelos avós maternos, o avô portador de Alzheimer aparece como uma figura ausente, sem referência de afeto ou limite, sua importância se dá apenas pelo recurso financeiro de sua aposentadoria. Já a avó, é quem representava afeto para a neta, contudo sem representar limite: *“ela me dava tudo o que eu queria, fazia tudo por mim”*.

A partir desta relação de afeto e cuidado ente avó e neta, surge outro fator de risco intrafamiliar: a morte da avó. Suzane afirma ter mudado após o acontecimento, diz ter ficado *“perdida”*, tinha nove anos de idade e sua vida mudou drasticamente a partir disto. Qualquer mudança no ambiente em que vivem os indivíduos e que ocasionem grandes níveis de ansiedade e de tensão, que podem interferir nos padrões considerados normais de resposta do sujeito, são

considerados eventos estressantes que fazem parte dos fatores de risco ambientais (Masten & Garmezy, 1985). Eventos estressores como perda de familiares têm sido compreendidos como fatores de risco que podem levar a diversos comportamentos e sentimentos, tais como um baixo desempenho escolar, intensa desorientação, raiva, hostilidade, desespero e perda de controle (Domingos & Maluf, 2003), apresentando em geral um alto impacto estressor (Kristensen et al., 2004).

Outro evento estressor, presente neste caso, é a mudança do nível sócio econômico familiar após o assassinato do padrasto. Legalmente a mãe de Suzane perdeu a tutela de seu pai e com isso perdeu o benefício de sua aposentadoria, sendo que a família passou a ter dificuldades financeiras. Suzane afirma que é muito difícil ver os irmãos passando fome, neste momento demonstra arrependimento pelo seu ato: *“deveria ter deixado ele vivo, mesmo com a minha mãe apanhando dele, porque daí, acho que ela seria mais feliz e não ficava chorando pelos cantos porque não tem comida para dar para os meus irmãos”*. A pobreza tem sido apontada como importante evento estressor, embora não seja considerada como causa de problemas sociais (Silva, 2004).

Ainda no nível intrafamiliar é importante ressaltar a presença de conflitos familiares existentes na história de Suzane, os conflitos conjugais entre a mãe e o padrasto são bem demarcados no discurso da adolescente que presenciava esta violência. Suzane não gostava do padrasto, pois ele havia estado preso por quatro homicídios, era usuário de drogas e batia em sua mãe. Percebe-se assim, a constante exposição da adolescente à violência intrafamiliar. Um estudo de Pesce (2009) apontou que os maus tratos familiares, entre eles a violência conjugal, é um dos principais potenciais para o desenvolvimento da agressividade e transgressão em crianças.

Além disso, Suzane revela a tentativa de abuso por parte do padrasto. Assim, percebe-se que Suzane esteve exposta aos diversos tipos de abuso infantil: físico, psicológico e negligência, o que aconteceu de forma simultânea. Garbarino (1999) revela que indivíduos que vivenciam histórias de abuso têm duas vezes mais chances de cometerem assassinato, como é o caso de Suzane. Além disso, as situações de abuso favorecem um clima familiar extremamente violento, com prejuízos nas relações de afeto, supervisão, disciplina, interação, o que se configura como fator de risco para a delinquência (Assis, 1999).

Em contrapartida aos fatores de risco identificados na história de Suzane, podemos identificar fatores de proteção no microsistema familiar da adolescente, um relacionamento que pode ser considerado fator protetivo é a relação com a avó, que foi percebida como importante para a adolescente, embora tenha trazido muita tristeza quando ocorreu a sua morte. Podemos

pensar que esta relação de afeto, carinho e compreensão pode ter colaborado para o desenvolvimento da adolescente.

Outra relação protetiva que Suzane apresenta é com seu companheiro, pois o rapaz de 20 anos representa ajuda, cuidado e afeto para a adolescente. Suzane atribui a ele os cuidados que recebe até hoje e que não recebeu da mãe. Seu companheiro trabalha, não usa drogas e desta forma representa um modelo positivo de identificação. Suzane afirma gostar dele, mas não sabe se quer ficar com ele para sempre, contudo faz planos de constituir uma família no futuro, estudar e trabalhar. De Antoni (2000) classifica o desejo de construir uma família como fator protetivo no caso de adolescentes em conflito com a lei, os planos de trabalhar, estudar e ter sua própria família os motiva e dá um sentido às suas vidas.

Contextos Extrafamiliares

A partir dos dados levantados na pesquisa, pudemos observar a influência de fatores extrafamiliares na história de Suzane. Um importante fator de risco identificado no contexto extrafamiliar é o preconceito sofrido por Suzane, pois a menina demonstrou muitas vezes sua revolta frente ao julgamento dos “*outros*”, que a chamavam de assassina: “*é fácil chamar os outros de assassinos, mas nunca perguntam porque e como isso aconteceu*”. A adolescente trocou de escola algumas vezes devido aos deboches que sofria pelos colegas, por isso acredita-se que é tão difícil para Suzane criar um vínculo de amizade. Seus vínculos na maioria das vezes foram formados com instituições (ONG e escolas) e pessoas mais velhas (professores, orientadores), e não com pessoas que possam julgá-la, como por exemplo sua comunidade, que ficou sabendo do incidente.

Suzane não demonstra vínculo nenhum com seus vizinhos e sua comunidade. A adolescente tem alguns amigos e estes fazem uso de drogas, contudo como o vínculo com os mesmos é fragilizado, não há um modelo identificatório com os mesmos e nem com seus hábitos.

Desta forma, podemos pensar que a escola em alguns momentos configurou-se como fator de risco já que tornava a adolescente exposta aos preconceitos, e em outros momentos configurou-se como fator de proteção quando os professores representavam vínculo para a adolescente. Da mesma forma, a comunidade representa um fator de risco pelos julgamentos que faz à adolescente e sua família e por oferecer um ambiente permeado por violência e tráfico de drogas, mas representa fator de proteção no momento em que oferece à Suzane espaços alternativos, como, por exemplo, a escola e a ONG. Conforme Osofsky (1995), a exposição à comunidade violenta frequentemente expõe o jovem às drogas, às armas e à violência casual.

A partir dos diversos fatores de risco identificados na história de Suzane, podemos também identificar fatores de proteção para o seu desenvolvimento, um fator que pode ser compreendido como protetivo em determinado momento da vida de Suzane é que a professora que a levou para morar junto dela. Esta professora tornou-se madrinha de Suzane e atualmente é patroa da mãe da adolescente. Quando Suzane morou com ela, esteve afastada por algum tempo da violência existente em casa, sendo assim, o momento que permaneceu junto à madrinha pode ser entendido como um fator de proteção naquele momento de sua vida. Entretanto a adolescente decidiu retornar para casa, mesmo assim, a relação continuou existindo e esta é uma pessoa que ainda faz parte da rede de relações de Suzane e sua família.

Quanto à relação da adolescente com as instituições (escolas e a ONG) podemos pontuá-las como fatores de proteção no sentido em que proporcionaram a Suzane a interiorização de limites, a confiança, o afeto, o aumento da autoestima, além de realizar os encaminhamentos necessários para seu melhor desenvolvimento. Amparo et al. (2008) realizaram uma pesquisa com adolescentes que identificou que relações seguras entre equipe escolar e alunos, e o cumprimento de tarefas determinadas e bem sucedidas representam um importante papel no estabelecimento e na manutenção da autoeficácia e autoestima de jovens. Além disso, Costa e Assis (2006) descrevem o vínculo positivo com as instituições de cumprimento de medidas socioeducativas como fator protetivo, pois proporciona aos adolescentes um local agradável de frequentar e permanecer, além de estabelecer assim importantes processos proximais com outras pessoas (outros adolescentes e trabalhadores das instituições), possibilitando um desenvolvimento positivo e saudável.

3.2 Falcão: Caso 2

Falcão é um adolescente de 14 anos que está cumprindo Medida socioeducativa de Liberdade Assistida, determinada pelo Juizado da Infância e da Juventude. Falcão deverá cumprir um ano de LA, acusado de tráfico e outros delitos, como furto. Apesar da idade, Falcão apresenta um histórico grande de delitos, tendo respondido até o momento a cerca de oito processos. Mora atualmente com sua mãe e mais cinco irmãos, em um conjunto habitacional de casas. Tem mais três irmãos adultos que residem em outros locais, e dois irmãos que faleceram.

A mãe de Falcão já teve três companheiros, no primeiro casamento não teve filhos, os filhos que tem são da segunda e da terceira relação. Um dos filhos faleceu ainda bebê e o filho mais velho (filho do segundo casamento) foi assassinado pelo terceiro companheiro da mãe, que é pai de Falcão. Na época do acontecimento, a mãe do adolescente e seu pai já estavam separados devido às constantes brigas e agressões dentro de casa, além do abuso constante de álcool e outras drogas. A família se encontrava presente no dia do desentendimento entre o pai

de Falcão e seus dois irmãos mais velhos, sendo assim, o assassinato ocorreu na frente dos outros filhos. O pai de Falcão, hoje, cumpre pena em Regime Fechado no Presídio da cidade.

Na época em que ocorreu o assassinato na família, Falcão tinha 10 anos de idade e demonstrou muita tristeza em perder seu irmão mais velho, que era quem coordenava a casa, impondo limites e respeito. Além disso, Falcão apresentava um bom vínculo com este irmão assassinado. A partir do incidente, muitas coisas mudaram na vida da família. O adolescente passou a ter um comportamento agressivo, e falava do desejo de matar o pai, passou a apresentar indisciplina na escola e a ser atendido pelo Conselho Tutelar. Após a prisão do pai, Falcão não o viu mais.

Além disso, Falcão passava mais tempo na rua, passou a fazer parte de um grupo de amigos e, juntos, compartilhavam diversas vivências de conflito com a lei. Começou aos poucos, burlando limites, como por exemplo não frequentar a escola, depois passou a experimentar situações de adrenalina como “*pegar carona nos trens*” perto de sua casa. Ele e os amigos perceberam então, que os trens ofereciam a possibilidade de lucro e a partir disso passaram a furtar os produtos transportados. Neste período, o adolescente e um amigo passaram a cumprir medida socioeducativa de LA por seis meses, contudo, Falcão continuou realizando furtos, usando Crack e passou a utilizar o dinheiro dos furtos para traficar (sob orientação de traficantes do bairro).

Certo dia em uma apreensão da Polícia, Falcão foi pego com drogas e por isso lhe foi aplicado mais um período de medida socioeducativa. Além disso, o adolescente informou aos policiais onde encontrar mais droga e passou então a ser ameaçado pelos traficantes locais. A ONG ciente da situação de Risco que o adolescente e sua família corriam, acionou o Instituto de Acesso à Justiça e conseguiu os inserir no Programa de Proteção. Assim, a família passou por um período de mudanças de moradia e de hábitos. Neste mesmo período, Falcão foi para outra cidade realizar tratamento para dependência do crack em Fazenda Terapêutica, contudo, não se habituou ao local e fugiu, retornando para sua cidade. Um dos irmãos de Falcão, apesar da situação de risco, retornava ao local de ameaça para rever os amigos, desobedecendo assim, as normas do Programa de Proteção. Desta forma, a família foi desligada do Programa, e após o desligamento a família se mudou para o conjunto habitacional onde vivem atualmente.

Quanto ao cumprimento de sua Medida socioeducativa, pode-se dizer que no início o adolescente não apresentava um cumprimento satisfatório, com faltas repetidas, sem um bom vínculo com a instituição, permanecendo envolvido em outros delitos. Não apresentava desejo de frequentar oficinas e nem cursos. Depois do início de sua Medida, esteve internado novamente para tratamento da dependência química no Hospital da cidade, e depois de um período de quatro meses saiu e não voltou a usar crack. Após este período, Falcão tem comparecido com mais

assiduidade às suas atividades na ONG, tem sido mais colaborativo e menos “*rebelde*”, além de ter aderido a alguns encaminhamentos, contudo ainda apresenta dificuldade em confiar nas pessoas, sendo muitas vezes arredio.

Quanto à escola, Falcão está na 4ª série, tendo apresentado algumas repetências e mudanças de escola devido ao comportamento. O adolescente apresenta muita dificuldade de aprendizagem, pouco sabe ler e escrever. Ressalta-se que na primeira escola em que Falcão estudou, que era a escola de seu bairro, o adolescente era reconhecido pelos atos de vandalismo e desobediência, representava um papel de liderança em seu grupo de amigos, ou seja, tinha um *status* que o orgulhava. Depois que saiu do Hospital e parou de usar drogas, Falcão passou a ser rotulado por suas dificuldades de aprendizagem e passou a não querer mais ir à escola, desta forma foi transferido e atualmente afirma gostar de ir para a escola, pois lá ninguém o “*reconhece*” por atitudes passadas ou por suas dificuldades, além de ter um vínculo razoável com os professores.

3.2.1 Discussão do Caso

Nível da Pessoa

Sobre o nível pessoal do adolescente, podemos perceber que seu comportamento foi alterado após o incidente do assassinato do irmão, quando Falcão tinha apenas 10 anos de idade. O adolescente passou a apresentar comportamento agressivo, com dificuldades de obedecer normas e limites, dificuldade ao ser contrariado e em demonstrar empatia. Winnicott (1999) propõe que a relação familiar saudável é o ponto primordial para a qualidade da estruturação de personalidade, que se revela no comportamento do indivíduo. Assim, Lewis (1995) acrescenta que o indivíduo que sofreu negligência, maus tratos e outros tipos de violência no ambiente familiar, sofre alterações cognitivas, emocionais e/ou fisiológicas e por isso, pode apresentar dificuldade na verbalização de sentimentos e incapacidade de compreender o outro.

Outro fator observado a nível de pessoa, no caso de Falcão, é a presença de afirmações que supõem baixa autoestima, como por exemplo, se sentir incapaz de concluir o Ensino Médio e não ter confiança para sair de situações inesperadas. De acordo com Marriel et al. (2006), fatores ambientais podem contribuir para o aumento ou diminuição da autoestima no indivíduo, que é desenvolvida aos poucos na infância e na adolescência.

A ausência de perspectivas para o futuro, existente em Falcão, é compreendida por Oliveira (2001). Segundo a autora, a partir da compreensão do passado de adolescentes em conflito com a lei, pode-se entender as fragilidades e dificuldades em construir um projeto de vida futura. Esta dificuldade em elaborar um plano de vida, está relacionada a vulnerabilidades destes adolescentes (Costa & Assis, 2006).

Contexto Intrafamiliar

A partir do levantamento de dados do questionário e das informações da pasta e dos profissionais da ONG, foi possível identificar os fatores de risco mais relevantes na história de vida de Falcão. Uma pessoa considerada importante para o adolescente, era o irmão mais velho, com quem apresentava um bom relacionamento, e um vínculo positivo. Desta forma, no microsistema familiar de Falcão, podemos entender o assassinato do irmão como um importante evento estressor, tendo em vista a relação existente entre os dois.

Saner e Ellickson (1996) citados por Dell'Aglio et al. (2005) afirmam que a separação dos pais ou a morte de um deles pode ocasionar o desmembramento familiar, o que aumenta significativamente a probabilidade de envolvimento em diversas formas de violência. No caso de Falcão, o irmão mais velho parece ter desenvolvido o papel de pai e por isso fica evidente o desmembramento desta família após a sua morte.

Outro fator de risco identificado na dinâmica familiar de Falcão é a relação estabelecida com a mãe, que é totalmente passiva frente aos filhos, não estabelecendo limites, além de não demonstrar interesse pelas atividades dos mesmos. Falcão afirma que a mãe não sabe onde ele vai e destaca a ausência de diálogo familiar, a falta de atenção por parte da mãe em relação aos pensamentos e sentimentos dele. O adolescente afirma que não se sente amado e compreendido, desta forma percebe-se uma prática negligente da mãe em relação aos filhos.

Conforme Gomide (2002), a prática educativa negligente coloca os pais em uma posição passiva, e não ativa da educação dos filhos, caracterizando uma relação familiar de falta de atenção, omissão, descaso e também falta de amor. A negligência familiar é apontada como um dos principais fatores de risco para o desenvolvimento de comportamentos antissociais em crianças e adolescentes (Gomide, 2004).

Podemos pensar que a negligência neste caso, pode ser consequência do número de irmãos presentes na família, que no total teve onze filhos. A mãe de Falcão teve três companheiros e atualmente está sozinha com os filhos. Estudos e pesquisas realizados com crianças e adolescentes em situação de rua, evidenciaram como característica marcante nesta população, a ausência ou distanciamento da figura paterna, sendo assim, a figura materna é destacada como principal elemento dessas famílias (Morais, 2008; Paludo & Koller, 2008). Estudos indicam que famílias monoparentais enfrentam problemas e dificuldades extras, mas que a configuração familiar não é fator determinante para se avaliar o funcionamento de uma família. Dificuldades familiares estariam mais relacionadas às relações que se estabelecem entre os seus membros do que à configuração (Costa, Penso, & Féres-Carneiro, 1992).

Além disso, outro dado que estes estudos (Morais, 2008; Paludo & Koller, 2008) trazem, é que são famílias bastante numerosas, o que pode trazer uma sobrecarga de deveres e responsabilidades a um único adulto, o que parece que acontece no caso de Falcão e sua família. Contudo, nestes casos, pode ocorrer o que Bilac (1995) citado por Moraes, Paludo e Koller (2010), chama de “monogamia seriada”, ou seja, a busca de novos companheiros como estratégia muitas vezes de sobrevivência devido às dificuldades financeiras e à tentativa de reconstruir o grupo familiar nuclear.

Esta busca por novos companheiros pode aumentar a vulnerabilidade da família, pois expõe os indivíduos/filhos aos cuidados de outras pessoas, o que também aconteceu no caso da família de Falcão, onde o pai do adolescente tentou abusar das enteadas (irmãs de Falcão). Além da presença da tentativa de abuso, a dinâmica do grupo familiar era permeada por constantes brigas, discussões e agressões entre os pais do adolescente e entre o pai e os filhos e enteados, ressalta-se que o pai de Falcão é alcoolista e devido ao abuso de substâncias favorecia um ambiente intrafamiliar violento.

Sobre a violência sofrida dentro da família, Falcão destaca também as agressões que sofre da mãe, além das sofridas anteriormente pelo pai. Segundo o adolescente, a mãe o agride com objetos com certa frequência, Falcão considera estas agressões como eventos horríveis em sua vida. Carvalho e Gomide (2005), numa revisão de estudos sobre as práticas educativas usadas pelos pais na educação de seus filhos, apresentam a correlação existente entre um histórico de abuso físico na infância com o desenvolvimento do comportamento antissocial, ou seja, os pais que tentam através de punições físicas reduzir o comportamento antissocial, não o conseguem e acabam por reforçar o comportamento indesejado.

Outro fator de risco identificado no microsistema familiar de Falcão é a presença de outros familiares envolvidos com a justiça. A família do pai de Falcão é uma das responsáveis pelo tráfico no bairro em que vivem, seu pai está preso pelo assassinato do irmão, e outro irmão do adolescente já esteve no CASE (Centro de Atendimento Socioeducativo) devido às drogas. Além disso, muitos familiares de Falcão são usuários de substâncias. Uma pesquisa realizada por Pacheco (2004), que comparou adolescentes infratores com adolescentes não infratores, evidenciou que no grupo de adolescentes infratores a existência do comportamento antissocial em outros familiares é consideravelmente mais frequente do que no grupo de não infratores.

Da mesma forma, Nardi (2010) salienta que diversos autores destacam que o comportamento antissocial em um membro da família pode funcionar como importante preditor do comportamento antissocial na infância e adolescência dos outros membros do grupo familiar. Assim, pode-se observar no microsistema familiar de Falcão a presença de diversos fatores considerados como risco para o desenvolvimento do comportamento antissocial: violência

doméstica, monoparentalidade, pobreza, práticas educativas ineficazes, uso de drogas por membros da família, comportamento antissocial de vários membros da família, alcoolismo etc...

No entanto, percebemos que apesar da presença de inúmeros fatores de risco na história de Falcão, foi possível identificar no contexto intrafamiliar, um fator de proteção que é a relação que o adolescente tinha com o irmão mais velho. Apesar da morte deste irmão se configurar como um agente estressor na vida de Falcão e sua família, podemos inferir que este vínculo estabelecido nos primeiros anos de vida do adolescente pode ter funcionado como um fator positivo para o seu desenvolvimento.

Contextos Extrafamiliares

A partir do estudo da história de vida de Falcão, após o levantamento de dados, podemos ressaltar a existência de fatores de risco também, no nível extrafamiliar. Como percebemos, o grupo de pares exerce grande influência no comportamento do adolescente. Após a morte do irmão, Falcão passou a frequentar mais as ruas, formou grupo de amigos e junto a eles passou a apresentar comportamentos antissociais. Conforme Steinberg (1989), no período da adolescência há a eleição de novas figuras identificatórias, ou seja, o adolescente busca em seu ambiente, modelos que gostaria de seguir, para formar sua autoimagem. Este processo identificatório pode funcionar como um fator de proteção quando o modelo é positivo, e por outro lado, pode funcionar como fator de risco, quando os modelos são negativos (Dalbem, 2005), como no caso de Falcão.

A partir dessa relação com o grupo, o adolescente passou a usar drogas e permanecer muito tempo na rua, chegando a fugir de casa em alguns momentos, e experimentar situações de violência na rua, como: brigas, exploração sexual, dormir na rua, ser assaltado, envolvimento em diversos delitos, problemas com a polícia, entre outros. De acordo com Moraes, Paludo e Koller (2010) a ida para a rua se dá principalmente devido à violência vivenciada no ambiente familiar. Corroborando com os autores, Ribeiro (2001) afirma que a negligência familiar e a violência intrafamiliar contribuem para a fragilidade dos vínculos afetivos e pode favorecer a saída para a rua para se livrar desse ambiente.

A literatura aborda a relação existente entre o grupo de pares e a delinquência na adolescência, para Fergusson e Horwood (1999) citados por Dell’Aglío et al. (2005) a delinquência está associada ao convívio com o grupo de amigos. Contudo os fatores de risco, neste convívio com os pares, aumentam de forma significativa quando estes adolescentes estão expostos a outros fatores como: família disfuncional, existência de pais que cometeram algum crime ou usam substâncias psicoativas, dificuldades econômicas e desvantagens sociais.

Outro aspecto percebido no caso de Falcão e suas relações de amizade é a incitação a buscar atividades que estimulem a “*adrenalina*”, como as brincadeiras nos trens que passam pelo bairro, os furtos realizados e o episódio de atear fogo em um galpão abandonado “*só por diversão*”. Dell’Aglio et al. (2005) aborda este tema citando Lotz e Lee (1999), que definem a influência dos pares como importante estímulo para a delinquência no sentido em que os interesses e experiências em comum do grupo acabam por inspirar uns aos outros a experimentar comportamentos novos e excitantes.

Além da influência do grupo de pares, evidente neste caso, é possível ponderar também sobre a influência que a comunidade exerce na vida de Falcão e seus amigos. A comunidade em que o adolescente foi criado é considerada umas das mais pobres e violentas da sua cidade, reconhecida pelo tráfico de drogas e violência existente. Para Gallo e Williams (2005) crescer em comunidades pobres pode ser um fator de risco para a prática de delitos como assaltos, furtos, entre outros.

Porém, Cicchetti (2004), citado por Gallo e Williams (2005), pontua que a pobreza não pode ser entendida como fator isolado da violência, ou seja, a pobreza não é causa exclusiva dos atos infracionais, mas pode ser entendida com um forte fator de risco, devido ao estresse que ocasiona. A exposição frequente às drogas, à violência casual e ao uso de armas é definida por Osofsky (1995) como uma exposição à violência na comunidade que pode propiciar o desenvolvimento de comportamentos agressivos.

Como fatores de proteção neste caso, podemos ressaltar a internação para tratamento da dependência química, a escola e o Conselho Tutelar que é efetivo em sua vida. Sobre a internação, Falcão esteve internado por um período de quatro meses, fez o tratamento e após sua liberação não mais usou crack. Assim, o fato de ter parado com o uso da substância pode ser percebido como processo de superação frente ao risco para o adolescente. Quanto à escola, a mesma representa fator de proteção no caso de Falcão no sentido em que o acolhe e não o rotula, permitindo o seu desenvolvimento longe de preconceitos, além disso, o adolescente apresenta um bom vínculo com os professores.

Ressalta-se que a escola passou a ser um fator de proteção no momento em que Falcão realizou sua transferência, pois a escola em que estudou anteriormente parece ter se configurado como fator de risco, lá o adolescente era reconhecido por suas dificuldades escolares e sua liderança em atos infracionais. Sobre a escola atual, Falcão expressa gostar de frequentá-la, em afirmações do questionário como: “*Eu me sinto bem quando estou na escola*”, “*Gosto da maioria dos meus professores*” e ainda, “*Posso contar com técnicos da escola (orientador, coordenador)*”.

Segundo Gauer et al. (2010), os alunos que apresentam dificuldades na aprendizagem e problemas na conduta sofrem ainda um forte estigma dentro do ambiente escolar, entretanto, os autores afirmam que uma escola que incentive e possibilite ao aluno o desenvolvimento de suas habilidades, o envolvendo em atividades acadêmicas, contribui para a amenização do comportamento violento e para sua adaptação social.

Quanto ao atendimento e acompanhamento do Conselho Tutelar, podemos inferir que parece funcionar como um fator protetivo para o adolescente. Falcão começou a ser atendido pelo Conselho Tutelar quando começou a apresentar indisciplina na escola, neste período o adolescente tinha 10 anos de idade. Desde lá, o adolescente vem sendo acompanhado pela Conselheira, que realiza os encaminhamentos necessários a Falcão e sua família, e mantém contato com a ONG, realizando um trabalho em rede.

3.3 Francisco: Caso 3

Francisco é um adolescente que tem 16 anos, cumpriu seis meses de Liberdade Assistida por tentativa de homicídio. Mora atualmente com sua irmã mais velha, com quem apresenta um vínculo muito positivo, seu cunhado e sua sobrinha. Seus pais moram em outra casa com seu irmão de 20 anos que é usuário de Crack. Seu pai está desempregado e sua mãe é dona de casa, Francisco tem mais uma irmã que é casada e reside em outra casa e um irmão que está preso. O adolescente mora com a irmã por causa dos desentendimentos que ocorrem em casa devido ao vício do irmão.

Quando Francisco tinha cinco anos, um irmão mais novo faleceu, este acontecimento trouxe muita tristeza para toda a família, sendo um assunto pouco falado atualmente, tido como um “tabu” para a família.

Seu delito ocorreu porque se desentendeu com o irmão usuário de Crack em um dia que o irmão tentava roubar alguns pertences da família para fazer uso da substância. Os dois irmãos entraram em luta corporal e Francisco foi agredido com um ferro, neste momento buscou uma arma que havia herdado do avô, com intuito de assustá-lo, porém a arma disparou, atingindo as costas do irmão. Após este incidente o irmão buscou ajuda para deixar de usar drogas, mas atualmente continua usando Crack e maconha, enquanto o adolescente passou a cumprir Medida de Liberdade Assistida pelo período de seis meses por tentativa de homicídio. Francisco não apresenta sentimento de culpa pelo que fez, atribuindo a melhora do irmão à sua atitude: *“se não fosse eu, o piá ia continuar chineliando”*.

Com 14 anos Francisco começou o uso de substâncias, tendo usado álcool, cigarro, maconha e experimentado Crack, apresentou maiores problemas com o uso de maconha e de cocaína, demonstrando sentimento de culpa quando tinha recaídas. Durante o cumprimento da

LA, o adolescente conseguiu parar de usar ambas as substâncias, atualmente não faz uso de nenhuma droga e apresenta pensamento crítico a respeito do uso.

O cumprimento de sua Medida socioeducativa foi de forma assídua e comprometida, Francisco participava das atividades propostas e comparecia semanalmente na instituição, apresentou bom vínculo com os orientadores e trabalhadores da ONG, demonstrou confiança, conseguindo relatar sua história e confidenciar seus desejos, expectativas, além de encontrar nos atendimentos, um espaço para refletir sobre suas atitudes e mudar seus hábitos.

Quando iniciou o cumprimento da Medida, estava estudando à distância, não frequentando a escola, pois havia se envolvido em brigas com alguns colegas. A Diretora, então, propôs que o adolescente pegasse os trabalhos e atividades na escola e as realizasse em casa. Porém Francisco encontrou dificuldade em acompanhar os conteúdos em casa e pediu que pudesse voltar a frequentar a escola. Desta forma, a ONG realizou contato com a Direção da escola e fizeram um acordo, para viabilizar o retorno do adolescente. O adolescente retornou à escola, mas trouxe muitas reclamações a respeito dos professores que segundo ele “*ameaçavam, diziam que iam chamar a ONG*”, fazendo com que a situação da Medida socioeducativa do adolescente fosse exposta aos demais colegas. Além disso, em outro momento alguns colegas agrediram Francisco. Neste momento a ONG novamente fez a intervenção junto à escola, desta forma, o adolescente realizou suas provas finais em horários alternados e foi aprovado no Ensino Fundamental, tendo planos de cursar o Ensino Médio em outra escola.

Não realizou curso profissionalizante, pois trabalhava em turno integral como auxiliar de pedreiro, e gosta muito de trabalhar, comprar suas próprias coisas e auxiliar em casa. Diz que não gosta de estudar e tem como plano de vida entrar para o Quartel.

3.3.1 Discussão do Caso

Nível da Pessoa

Referente ao nível da pessoa, percebe-se que as características da personalidade do adolescente (explosivo, agressivo, ansioso) parecem ser um fator de risco no seu desenvolvimento. Ele mesmo reconhece que sua “*cabeça quente*” lhe traz prejuízos, tais como: brigas, problemas de justiça e com a polícia, entre outras situações. A formação da personalidade se dá, segundo D’Andrea (2006), a partir da interação de características biológicas e ambientais, e segundo Shoemaker (2000) é um dos fatores que pode influenciar na delinquência juvenil.

Apesar do comportamento explosivo do adolescente, algumas características indicadas no questionário de Francisco indicaram uma boa autoestima. Cabe ressaltar que estas características não foram observadas ao longo de sua medida socioeducativa, mas, começaram a emergir nas semanas finais do seu cumprimento. Desta forma, observa-se que o vínculo estabelecido entre o

adolescente e as pessoas da instituição onde cumpriu medida socioeducativa, bem como as atividades que desenvolvia na ONG, parecem ter auxiliado o adolescente em sua autoestima, pois possibilitou a reflexão de suas atitudes e o planejamento de seu futuro, configurando-se assim, como um fator de proteção para Francisco.

Contexto Intrafamiliar

A partir do questionário aplicado, pudemos identificar diversos fatores de risco presentes dentro do contexto familiar do adolescente. A relação familiar é conflituosa segundo Francisco, devido ao irmão usuário de crack, sendo que este irmão pode ser entendido como o principal fator de risco existente nesta família. Francisco iniciou o uso de substâncias com este irmão, contudo não concorda com o uso desta substância, pois seu irmão furta a família e é agressivo. O adolescente vivenciou agressões (físicas e psicológicas): surras, ameaças e humilhações por parte do irmão, demonstrando muita revolta com o mesmo e com os pais, dizendo *“eles não fazem nada, sabem que ele fuma, rouba e não falam nada pra ele, eu me irrita”*, é possível compreender que Francisco atribui aos pais a falta de limites e autoridade impostos aos filhos, desta forma observa-se a ineficiência das práticas educativas parentais.

No microsistema familiar de Francisco é possível ponderar que a ineficiência das práticas educativas parentais pode estar ligada ao número de irmãos (seis), tendo em vista que o elevado número de irmãos pode favorecer um monitoramento prejudicado. Patterson e colaboradores (1992) destacam que a falta de monitoramento pode influenciar os filhos ao envolvimento com drogas, grupos desviantes e atividades antissociais.

A família afirma que Francisco é agressivo, pouco tolerante e “rebelde”, o próprio adolescente se auto-caracteriza como *“estourado”* afirmando *“não levo desaforo pra casa”*, estes comportamentos estão diretamente relacionados às experiências de violência, discussão e agressão vivenciadas pelo adolescente dentro de casa. Diversos estudos apresentam a estreita correlação entre as características familiares ou da dinâmica familiar com o desenvolvimento de distúrbios no comportamento (Desai, Lam, & Rosenhenck, 2000; Gomide, 1998).

Francisco há pouco tempo, saiu da casa dos pais e passou a morar com uma de suas irmãs, o adolescente afirma que os conflitos em casa por causa de seu irmão justificam sua decisão. O mesmo irmão já citado cumpriu Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida durante seis meses na mesma ONG onde Francisco cumpre. Outro irmão de Francisco está cumprindo pena em Regime Fechado no Presídio Regional de Santa Maria. A prisão deste irmão se apresenta como evento estressante para a família, que se mostra fragilizada frente a esta situação. Outro evento estressante presente na história desta família é a morte do irmão mais novo de Francisco, que até hoje é pouco comentada pela família.

Silvares (2000) assinala algumas variáveis como prejudiciais à interação familiar saudável, entre estas variáveis, foram identificadas no caso de Francisco: a) variáveis sociodemográficas, como a baixa escolaridade dos pais; b) estressores familiares, como desemprego e morte na família.

Em contrapartida aos fatores de risco identificados na história de vida de Francisco, identificamos no contexto intrafamiliar uma relação que pode ser considerada como fator de proteção, sua relação com a irmã, com quem Francisco foi morar e tem um bom relacionamento, confiando nela e lhe solicitando ajuda quando necessário.

Contexto Extrafamiliar

Através dos dados coletados foi possível identificar outros fatores pertinentes ao caso de Francisco, fatores estes, que se referem ao contexto extrafamiliar. Um microsistema fundamental, observado no caso de Francisco, foi a escola, com a qual o adolescente não apresenta bom vínculo, tendo sido reprovado por diversas vezes e também sendo expulso de algumas escolas devido a brigas e agressões entre colegas. A escola é apontada por diversos estudos como um importante fator protetivo (Amparo, et al., 2008; Paludo & Koller, 2005), contudo, a evasão escolar, o número de faltas e o baixo rendimento escolar podem funcionar como um fator de risco para o cometimento de delitos e atos infracionais (Gallo & Williams, 2005). Portanto, observamos que no caso de Francisco a escola funcionou como importante fator de risco, tendo em vista suas repetências; a exposição à violência e à criação de “rótulos” por parte dos professores, as expulsões e a evasão escolar.

Quanto às relações de amizade do adolescente, bem como a comunidade em que vive, podemos avaliar que funcionam como fatores de risco. Sua comunidade é caracterizada pela violência e tráfico de drogas. Além disso, Francisco afirma que para ser respeitado em sua comunidade, é preciso usar droga e brigar. O adolescente relatou ter sofrido diversas situações de violência fora de casa (brigas, assalto, ameaças). Esta exposição constante à violência, segundo Osofsky (1995), favorece o desenvolvimento de comportamentos agressivos e também, de problemas emocionais. Neste caso, foi possível perceber o sentimento de ambivalência de Francisco, pois o jovem deseja ser reconhecido e valorizado em sua comunidade, entretanto apresenta sentimento de culpa ao ter recaído no uso da cocaína.

Esta ambivalência sentida pelo adolescente foi um dos pontos trabalhados em sua Medida socioeducativa. Francisco atribui todas as suas mudanças ao cumprimento de sua Medida, afirma que escutava os conselhos dos orientadores e mesmo após a finalização da Medida pediu que pudesse continuar frequentando a instituição para conversar. Então a busca por novo emprego, a conclusão do Ensino Fundamental, a saída de casa (devido a conflitos na família), o abandono do

hábito de usar drogas, o aumento da autoestima e a mudança de alguns comportamentos podem ser vistos com resultados positivos da medida socioeducativa que funcionou neste caso como um fator de proteção para o desenvolvimento de Francisco.

3.4 Discussão Integrada dos Casos

A partir da análise dos três casos, foi possível identificar diversos fatores semelhantes nos estudos, desta forma, uma análise integrada dos casos foi realizada a partir das características de cada contexto de desenvolvimento: *nível da pessoa, intrafamiliar e extrafamiliar*.

Nível da Pessoa

Quanto ao nível da pessoa, foi possível identificar a presença de características como: impulsividade, pouca empatia, ansiedade, agressividade e baixa tolerância a frustrações, nos três casos. No caso 1, há a presença de psicopatologia diagnosticada por avaliação Psiquiátrica (Transtorno Explosivo Intermitente). Segundo alguns estudos citados por Assis e Constantino (2005), características biológicas e psicológicas como as citadas acima, são enfatizadas como fatores de risco para o comportamento antissocial.

Rolim (2009) revela que estudos empíricos demonstram correlação com a exposição a ambiente conflituoso, fatores como: comportamento irritadiço, traços impulsivos e falta de atenção. Tais características relacionadas a esta exposição podem desenvolver comportamento agressivo, iniciando na infância, persistindo na adolescência e depois na vida adulta.

Outro fator observado foi em relação à autoestima dos adolescentes estudados. No segundo caso, observou-se que Falcão apresenta baixa autoestima, quando o adolescente responde no questionário que não acredita que possa concluir o Ensino médio e nem entrar para uma Universidade, que não tem confiança em si para sair de situações inesperadas e nem confia em sua capacidade para resolver problemas, considera-se um fracasso, sente-se inútil, entre outras afirmações. Quanto ao caso 3, observamos que suas respostas do questionário foram semelhantes ao caso 2, contudo, ao longo da medida socioeducativa, Francisco demonstrou uma melhora em relação a sua autoestima, mostrando-se mais confiante e apresentando planos futuros, da mesma forma Suzane ao longo da medida socioeducativa, passa a apresentar planos futuros.

A baixa autoestima é apontada como importante fator de risco em adolescentes infratores (Castro, 2006; Shoemaker, 2000), pois segundo Shaffer (2005) adolescentes com baixa autoestima se percebem de modo menos favorável, ressaltando suas características negativas ou inadequadas.

Outra variável importante deste estudo se refere aos planos de vida que os adolescentes estudados apresentaram. O caso 1 e 3 a partir da intervenção e do vínculo estabelecido com a medida socioeducativa passaram a apresentar planos para o futuro, Suzane relatou seu desejo de fazer magistério, enquanto Francisco deseja ir para o Quartel. A construção de um projeto de vida, conforme Costa e Assis (2006), configura-se como um fator de proteção para adolescentes em conflito com a lei, pois o planejamento e a visualização de um futuro permitem ao adolescente o interesse na felicidade, e na construção de suas histórias de vida.

No entanto, Falcão não apresentou ao longo deste estudo, desejos para o seu futuro, demonstrando pouca confiança em si mesmo para finalizar seus estudos. Assis (1999) argumenta que os jovens que não conseguem se projetar no futuro apresentam mais fragilidade, estando mais suscetíveis a manter-se no “mundo do crime”. Sobre a temática Arpini (2003) pontua que os jovens infratores encontram muita dificuldade em visualizar o futuro, segundo a autora, eles não sentem-se permitidos a sonhar e planejar caminhos diferentes da miséria, da exclusão e da violência.

Contexto Intrafamiliar

No contexto intrafamiliar destes adolescentes, foi possível identificar nos três casos, a presença de conflitos familiares, baixa coesão familiar e um ambiente violento. Nos casos 1 e 2 observamos que ambos os adolescentes sofreram violência, ou pelo pai, no caso 2, ou pelo padrasto no caso 1, além destes adolescentes estarem expostos a violência conjugal que ocorria entre os seus pais. Já no caso 3, o ambiente era de desavenças devido ao irmão de Francisco.

Passamani e Rosa (2009) citam diversos estudos que ressaltam a influência da família no engajamento do jovem na delinquência, bem como nos processos de recuperação destes jovens (Gallo & Williams, 2005; Oliveira, 2008; Santos, 2007; Ang & Huan, 2008). Corroborando com os autores acima, Gallo e Williams (2005) demarcam como principais fatores de risco para o comportamento infrator, variáveis ligadas à família, como: dinâmica familiar com baixos níveis de afeto, pouca coesão, ausência de monitoramento das atividades dos filhos e indiferença generalizada nas relações interpessoais.

Diversas pesquisas com adolescentes infratores identificaram relações insatisfatórias e conflituosas nas famílias dos jovens pesquisados (Feijó & Assis, 2004; Branco, Wagner & Demarchi, 2008). Pacheco e Hutz (2009) também apontam a presença de conflitos familiares como variável preditora do comportamento antissocial, contudo, os autores identificaram outra variável relevante no desenvolvimento da conduta infratora: as práticas educativas parentais.

Sobre as práticas educativas parentais, podemos observar nos três casos estudados, a presença de práticas negativas como: *negligência*, no primeiro caso, onde percebemos que

Suzane refere ser negligenciada e abandonada pela mãe, assim como Falcão no caso 2; *abuso físico*, quando Falcão refere ser vítima de agressões do pai e da mãe, e no caso 1, a tentativa de abuso sexual por parte do padrasto de Suzane. No caso 3, podemos observar a presença da prática negativa de *disciplina relaxada*, que é descrita por Carvalho e Gomide (2005) como a dificuldade dos pais em estabelecer limites, o próprio Francisco refere que faltam limites em casa.

Sobre a temática, Gomide (2004) salienta que as práticas educativas negativas (negligência, monitoria negativa, disciplina relaxada, abuso físico e punição inconsistente) estão correlacionadas ao comportamento infrator de adolescentes. Segundo estudos citados por Marinho e Caballo (2002), a ineficiência das práticas educativas adotadas pelos pais é o principal fator para o desenvolvimento da delinquência.

De acordo com esta idéia, Barnett (1997) argumenta que o abuso e a negligência são os principais fatores de risco para o desenvolvimento de psicopatologia em crianças e adolescentes, devido aos efeitos que estes tipos de violência causam no sujeito nas mais diversas áreas do seu desenvolvimento, aparecendo sequelas na cognição, na linguagem, no desenvolvimento sócio emocional, no desempenho acadêmico. Além disso, estas crianças e adolescentes vítimas de maus tratos, geralmente apresentam dificuldades em seu comportamento geral e na habilidade de controlar afetos (Maia & Williams, 2005).

Outro aspecto encontrado em dois dos casos abordados foi a presença de violência conjugal. No caso 1, Suzane afirma diversas vezes se preocupar com a vida da mãe que era agredida pelo padrasto, já no caso 2, Falcão relata ter presenciado as constantes brigas entre os pais, o que resultou no divórcio de ambos. Conforme Costa, Penso e Féres-Carneiro (1992), os aspectos relacionados ao bem-estar psicológico do adolescente sofrem, invariavelmente, e de forma preponderante, influências das diversas situações que o indivíduo vivencia na sua família. Assim, conflitos familiares têm sido relacionados a baixos níveis de bem-estar, problemas comportamentais e dificuldades no desenvolvimento de adolescentes.

Pacheco (2004) realizou uma pesquisa comparativa com adolescentes infratores e adolescentes não infratores, e observou maior frequência de conflitos familiares nos casos dos adolescentes infratores. Da mesma forma, Pesce (2009) fez uma revisão teórica de diversos estudos e pesquisas sobre violência familiar e comportamento transgressor, e percebeu que houve predomínio da violência conjugal nestes casos, o que aumenta o potencial para o desenvolvimento de comportamentos agressivos e transgressores em crianças.

Assim, o divórcio dos pais e o distanciamento do pai, nos casos 1 e 2, também foram percebidos como importantes fatores de risco. Após o divórcio dos pais, Suzane nunca mais viu o pai, e no caso 2, o divórcio dos pais de Falcão não evitou a continuidade de conflitos conjugais

e familiares, o que ocasionou o assassinato do irmão do adolescente e a prisão do pai. Ramires (2004) considera que o divórcio ou a separação dos pais sempre gera uma crise para os filhos, pois conseqüentemente ocasiona mudanças e ajustes no contexto familiar. Estudos de Dell'Aglio et al. (2004) com adolescentes em conflito com a lei, identificaram a ausência ou o distanciamento da figura paterna na maioria destes adolescentes. Outro dado significativo sobre a ausência e distanciamento da figura paterna encontra-se no estudo de Morais (2008), com crianças e adolescentes em situação de rua, que representam grupos de risco e vulnerabilidade, a autora encontrou altos índices (91,3%) de separação e divórcio entre os pais da população entrevistada.

O divórcio entre os pais dos casos 1 e 2, resultaram em novas configurações familiares, com a inserção dos novos companheiros das mães de Suzane e Falcão em casa, e o nascimento de novos irmãos. Resultado semelhante a este foi encontrado em uma pesquisa com 50 adolescentes do sexo feminino que se encontravam em privação de liberdade. Dell'Aglio et al. (2005) destacou no grupo pesquisado, a ocorrência de novas configurações familiares como: separação dos pais, união com novos parceiros e existência de irmãos oriundos destes relacionamentos.

No caso 2, observamos que a figura paterna era representada pelo irmão mais velho de Falcão, que era quem estabelecia limites e tinha uma boa vinculação de afeto com os irmãos. Fonseca (2002), citado por Nardi (2010), argumenta a partir de estudos com famílias de classes populares que a presença da figura paterna pode ser representada de forma simbólica por outras pessoas com laços consangüíneos e que assumem os cuidados da criança, desta forma, a relação com o irmão mais velho que exercia a função de pai poderia atuar como fator de proteção no caso de Falcão, contudo a partir da morte deste irmão, o adolescente passou a apresentar comportamentos antissociais.

Da mesma forma, podemos pensar na relação de Suzane com a avó materna, que era quem realizava seus cuidados e representava a figura materna, tendo grande importância no desenvolvimento da adolescente. Contudo, como no caso 2, Suzane passou pelo evento estressor de morte da avó. No terceiro caso, também encontramos o evento estressor de morte na família, quando Francisco relata a morte do irmão mais novo, o que ocasionou grande impacto na família. Dell'Aglio et al. (2005) citam que o desmembramento familiar, por morte de um dos pais ou por divórcio entre eles, aumenta de forma considerável a probabilidade dos filhos se envolverem em diversas formas de violência. No mesmo estudo das autoras, 22% das adolescentes relataram a perda de pelo menos uma das figuras parentais, e este evento foi apontado como de alto impacto para 76% destas (Dell'Aglio et al., 2005).

Um importante fator de risco identificado no contexto intrafamiliar dos três adolescentes estudados, é a presença de outro familiar envolvido com delitos ou abuso de substâncias. No caso 1, o padrasto de Suzane havia cumprido pena de Regime Fechado por quatro homicídios, no caso 2, o pai de Falcão usava álcool e outras drogas e atualmente está preso, no mesmo caso, encontramos irmãos de Falcão envolvidos com drogas e cumprimento de Medidas socioeducativas. No caso 3, um dos irmãos de Francisco é usuário de crack e já cumpriu medida socioeducativa, e o outro irmão já esteve preso. Desta forma observamos a relação entre o comportamento infracional dos adolescentes estudados e o comportamento antissocial de alguns membros de suas famílias. Nardi (2010) salienta que diversos autores destacam que o comportamento antissocial em um membro da família pode funcionar como importante preditor do comportamento antissocial na infância e adolescência dos outros membros do grupo familiar.

Assim, podemos identificar diversos fatores de risco intrafamiliares no desenvolvimento dos adolescentes estudados, entretanto, ressaltamos a existência também de fatores protetivos no microsistema familiar nos três casos abordados. Neste sentido, enfatizamos os vínculos estabelecidos entre os três adolescentes e seus cuidadores alternativos: no caso 1, a avó de Suzane; no caso 2, o irmão mais velho de Falcão; e no caso 3, a irmã de Francisco. Percebemos nestas relações, a existência de um vínculo positivo, um suporte importante. Werner (1998) aponta a relação estabelecida com cuidador alternativo (como avó e irmãos) como fator de proteção, que possibilita o desenvolvimento da autonomia e da confiança na criança.

Contexto Extrafamiliar

No contexto extrafamiliar, foram identificados diversos fatores de risco nos casos estudados. Um desses fatores se refere à escola, podemos pontuar que no caso 3, a escola funcionou com um fator de risco, tendo em vista o número de repetências, troca de escolas, o preconceito e ameaças que Francisco sofria dentro de sala de aula e pelo fato do ambiente escolar proporcionar ao adolescente um ambiente hostil e de possíveis desavenças entre outros colegas, o que possibilitou que o jovem passasse a apresentar diversas faltas, chegando a pensar em desistir de estudar. Pereira e Mestriner (1999) citados por Gallo e Williams (2005) apontam que os estereótipos de alunos agressivos ou problemáticos, estigmatizam alguns alunos, empurrando-os de certa forma à evasão escolar e também ao desejo de assumir a identidade de bandidos. Neste sentido, Nardi (2010) em sua tese de mestrado sobre adolescentes em conflito com a lei, apontou diversos autores que referem o baixo rendimento e a evasão escolar como fatores de risco para o comportamento infrator.

Entretanto, nos casos 1 e 2, a escola pode ser pensada como fator de proteção, a partir dos vínculos estabelecidos entre os adolescentes e alguns professores, ressaltamos, contudo, que em

outros momentos a escola se configurou como fator de risco, tanto para o caso 1, quanto para o caso 2. Apenas a partir da mudança de escola em ambos os casos, é que este microsistema passa a ser entendido como fator de proteção. Falcão quando trocou de escola passou a apresentar melhoras em seu comportamento e melhor rendimento escolar, assim como Suzane afirma ter um bom relacionamento com suas professoras e demonstra confiar na instituição para solucionar seus problemas. Segundo Rolim (2009), a escola pode representar papel fundamental na prevenção da delinquência, este caráter preventivo é desenvolvido no momento em que a escola trabalha vínculos emocionais a partir do convívio que proporciona, quando o ambiente escolar, possibilita ao aluno o desenvolvimento de suas habilidades, contribui para a adaptação social e para a amenização do comportamento agressivo (Gauer et al., 2010). Percebemos desta forma que a escola, se configura como importante microsistema no desenvolvimento dos adolescentes estudados.

Outro importante microsistema encontrado neste estudo foi o grupo de amigos, nos casos 2 e 3 foram observadas a presença e influência constante do grupo de amigos dos adolescentes. Falcão passa a maior parte do seu tempo com seus amigos, com os quais usa drogas e se envolve em delitos, e Francisco refere sentir necessidade de ser respeitado em sua comunidade, para isso passou a usar drogas e se envolver em constantes brigas. A partir disso, podemos inferir que ambos os jovens desejam pertencer a um grupo, e para isso, possivelmente se envolveram em atos inadequados. Sobre a busca de identidade, de um papel na sociedade, Erikson (1976) argumenta que é na adolescência que o jovem sente a necessidade de experimentar papéis, buscando se definir enquanto pessoa. Steinberg (1989) corrobora o argumento acima, afirmando que é neste período da adolescência que os sujeitos buscam modelos identificatórios.

Contudo, estes modelos identificatórios quando são negativos, conforme Dalbem (2005), podem funcionar como um fator de risco para o desenvolvimento. Quanto maior o envolvimento com pares desajustados, maiores são as chances dos adolescentes se envolverem em atos delinquentes e atividades ilícitas, entre elas, o consumo de drogas (Fecundo & Pedrão, 2008). Desta forma, observamos que a busca pelo sentimento de pertencimento e o envolvimento com grupos desajustados, proporciona a muitos jovens o envolvimento com substâncias psicoativas, sobre a temática, muitos estudos referem que o consumo de drogas e o círculo de amizades funcionam como relevantes fatores de risco no caso de adolescentes em conflito com a lei (Assis & Constantino, 2005; Assis, Pesce & Avanci, 2006; Castro, 2006; Gallo & Williams, 2005).

Outro fator relacionado ao grupo de pares, ao uso de drogas e ao cometimento de atos ilícitos, é a comunidade em que vivem os adolescentes apresentados neste estudo. Os três participantes desta pesquisa residem em bairros pobres e reconhecidos pela existência do tráfico

e da violência. Estudos trazidos por Nardi (2010), mencionam que comunidades que disponibilizam o acesso a drogas, bem como, a convivência com a violência nestas comunidades, são vistas como fator de risco importante no momento em que a oferta da droga facilita o uso entre os adolescentes. Gallo e Williams (2005) referem que o fato de crescer em comunidades pobres foi identificado como um fator de risco para o cometimento de atos infracionais.

Todavia, no caso 1, onde Suzane apesar de residir em um bairro permeado pela violência e tráfico de drogas, não apresenta envolvimento e identificação com a comunidade. A dificuldade de Suzane estabelecer vínculos com grupo de pares e com pessoas de sua comunidade, parece funcionar como fator de proteção no seu caso, ao contrário de Falcão e Francisco, que buscam essa identificação com as suas comunidades e acabaram se envolvendo com drogas e atos ilícitos.

Outra problemática identificada, se refere às dificuldades financeiras que as famílias dos três casos estudados, apresentaram. Tanto a família de Suzane, quanto a de Falcão e a de Francisco, passaram pelo evento estressor de mudança socioeconômica e enfrentaram em algum momento de suas vidas, dificuldades financeiras. Gallo e Williams (2005) ressaltam que a pobreza não define de forma isolada, o envolvimento de adolescentes em atos infracionais, apesar de ser uma variável reconhecida como forte estressor para o desenvolvimento humano.

O caso 2 configura-se como o mais grave neste sentido, a família ainda apresenta dificuldades para prover seu sustento, e vivem a partir de doações de cestas básicas, enquanto as famílias dos casos 1 e 3 vêm conseguindo trabalhar e manter seu sustento. Para Herrera e McCloskey (2001), a situação de pobreza se configura como fator de risco para os jovens que se desenvolvem no contexto de miséria, no sentido em que a problemática está relacionada a casos de violência intrafamiliar, principalmente violência conjugal, a altos níveis de psicopatologia, como abuso de álcool e outras drogas e a criminalidade entre os pais, fatores que contribuem para o desenvolvimento do comportamento violento entre os jovens.

Este e os outros aspectos levantados no estudo comprovam a existência de inúmeros fatores de risco para o desenvolvimento dos adolescentes que se encontram em conflito com a lei e cumprindo medida socioeducativa, tanto no nível da pessoa, quanto nos níveis intrafamiliares e extrafamiliares. Sendo assim, torna-se também necessário que se discutam os fatores de proteção identificados na presente pesquisa.

Como vimos anteriormente, a relação de afeto com cuidadores substitutos, se configurou como principal fator protetivo no nível intrafamiliar, assim como uma boa autoestima e a existência de planos futuros no nível pessoal. No contexto extrafamiliar, observamos principalmente a existência de fatores protetivos como: a escola, já citada acima, e a existência de vínculos sociais significativos. No caso 2, a relação com o Conselho Tutelar, e no caso 1, a

relação que Suzane tem com sua madrinha, demonstraram funcionar como processos proximais importantes para o desenvolvimento destes adolescentes bem como para a sua recuperação.

Segundo Nardi (2010), a existência de uma rede de apoio social e afetiva, bem como, relações próximas às famílias, são fatores que podem auxiliar os adolescentes a não se envolverem em situação delitivas e também ajudá-los a sair desta situação. Rydelius (2001) corrobora a importância dos processos proximais ao citar estudos que enfatizam, que para o processo de recuperação do adolescente autor de ato infracional, é de extrema importância a formação e o fortalecimento da rede de apoio social destes adolescentes.

Outro fator de proteção evidenciado nos três casos é a importância da ONG executora das medidas socioeducativas, e o vínculo que os três adolescentes apresentaram com a instituição, embora os casos 1 e 3 tenham apresentado de forma mais concreta este vínculo, acreditamos que Falcão apesar das dificuldades que ainda vem encontrando, se mantém vinculado e certa forma à ONG, neste caso (2), a medida socioeducativa tem funcionado juntamente com o conselho tutelar como uma medida protetiva para o adolescente, no sentido em que realiza seus encaminhamentos e o tem acompanhado.

No caso 1 e 3 é mais evidente o vínculo existente entre os adolescentes e a instituição. Francisco atribui ao cumprimento da medida, todas as suas mudanças e mesmo tendo finalizado sua medida socioeducativa, permanece frequentando a instituição para a manutenção deste vínculo. Já Suzane, apresenta claramente em seu discurso o significado de apoio e suporte que a ONG representa em sua vida. Em uma pesquisa realizada por Passamani e Rosa (2009) sobre a visão dos operadores de um programa de execução de Liberdade Assistida, as autores citam Volpi (2002) que afirma que a formação para a cidadania deve ser a principal finalidade dos programas educacionais de execução de medidas socioeducativas. As autoras continuam, afirmando que para isso, é necessário que os adolescentes possam se sentir como cidadãos de direitos e deveres e tenham a capacidade de mudar as suas realidades, além disso, é necessário que estes jovens tenham oportunidades.

Capítulo IV

Considerações Finais

A partir da análise dos resultados e do marco teórico pesquisado, conclui-se que os fatores de risco e os fatores de proteção configuram-se como importantes variáveis a serem estudadas e compreendidas em populações de risco como adolescentes em conflito com a lei. A literatura sobre a temática é vasta, muitos são os estudos que contemplam o assunto, o que denota uma preocupação existente sobre a problemática da violência na adolescência.

O presente trabalho evidenciou a existência de inúmeros fatores de risco ao longo do desenvolvimento destes adolescentes, tanto intrafamiliares quanto extrafamiliares e a nível da pessoa. Ressalta-se, contudo, a relevância dos fatores de risco existentes no microsistema familiar, pois conforme Zamberlan (2003), a família configura-se como maior influência para o desenvolvimento da personalidade da criança, e por isso as relações vivenciadas no âmbito familiar podem se constituir como fatores de proteção ou de risco, dependendo das relações que se estabelecerão neste convívio. Lubi (2003) concorda que a família é a principal formadora do sujeito, para ela, os pais são a principal influência para os filhos, são os maiores reforçadores e modelos de aprendizagem para as crianças. Neste sentido, Conte (2001), cita a relação entre pais e filhos, como o principal fator determinante para comportamentos antissociais.

Desta forma, justifica-se a importância de pesquisas relacionadas às relações familiares, por isso muitos são os estudos que contemplam os fatores de risco existentes no contexto intrafamiliar. Estudos apontam as principais preditores intrafamiliares para o comportamento infracional: 1) práticas educativas parentais; 2) presença de problemas de comportamentos durante a infância; e 3) algum membro da família que apresente comportamento antissocial (Loeber & Dishion, 1983). Os principais achados no contexto intrafamiliar neste estudo foram: exposição à violência intrafamiliar, número de irmãos, abuso de álcool e outras substâncias por familiares, bem como envolvimento dos mesmos em crimes, práticas educativas ineficientes, entre outros fatores de risco.

Apesar da importância que a família representa no desenvolvimento do sujeito, e de termos encontrado diversos fatores de risco associados à família destes adolescentes, é necessário destacar também, a influência que os microsistemas extrafamiliares apresentaram no presente estudo. Alguns microsistemas foram identificados como fatores de risco nos casos dos participantes, como: escola, grupo de amigos, comunidades em que residiam, entre outros. Além disso, foi possível identificar também, fatores de risco no nível pessoal, como: baixa autoestima, e problemas quanto ao temperamento (baixa tolerância à frustração, falta de controle dos impulsos, etc.) existentes nos três casos abordados.

Outro fato que chama a atenção é a presença de eventos estressores na vida dos participantes, pois estes eventos, conforme Reppold et al. (2002), geralmente induzem a altos graus de tensão e podem interferir nos padrões normais de resposta do indivíduo. Como eventos estressores neste estudo identificamos: mudança no nível socioeconômico das famílias dos três adolescentes, morte na família, nos três casos, divórcio dos pais, novos casamentos e irmãos oriundos destas novas uniões e prisão de algum familiar. Percebemos que estes eventos estressores, juntamente com os fatores de risco identificados e já citados, parecem ter influenciado de forma significativa o contexto do delito destes adolescentes.

No entanto, deve-se ressaltar que os fatores de risco devem indicar um processo complexo que pode justificar o comportamento violento destes adolescentes, e não constituem uma causa isolada e específica da violência juvenil (Holden, Geffner & Jouriles, 1998 citados por Maia & Williams, 2005). Neste sentido, deve-se considerar também os fatores de proteção, pois, segundo Reppold et al. (2002), se práticas negativas, como hostilidade e negligência, aumentam a probabilidade do engajamento em ações ilícitas, em contrapartida, práticas educativas efetivas, um bom funcionamento familiar, com vínculos afetivos positivos e o sentimento de apoio, podem contribuir para a redução do envolvimento em delitos e comportamentos agressivos.

Por isso a importância dos trabalhos e pesquisas não focarem apenas as dificuldades e fatores de risco destes adolescentes, e sim incluir as competências dos mesmos. Neste sentido, o presente trabalho buscou identificar também, os fatores de proteção existentes no desenvolvimento de seus participantes, também contextualizando o nível da pessoa, o contexto intrafamiliar e extrafamiliar. Masten e Garmezy (1985) indicaram três grupos de fatores de proteção para o desenvolvimento de crianças e adolescentes: 1) atributos pessoais (autoestima, autonomia, inteligência, temperamento, etc.); 2) coesão familiar (ausência de conflitos e presença de pelo menos um adulto que se interesse pela criança, presença de comunicação e afeto); e 3) disponibilidade de sistemas externos de apoio.

Neste estudo, foi possível identificar fatores de proteção como: melhora dos atributos pessoais de autoestima e controle da impulsividade; e a presença de sistemas externos de apoio, como por exemplo, o conselho tutelar, professores das escolas, fazenda terapêutica, madrinha, e principalmente o vínculo estabelecido com a ONG em que os adolescentes cumprem medida socioeducativa. Assim, percebe-se que a instituição de cumprimento de MSE apresentou grande importância para os participantes, desenvolvendo papel fundamental para que os adolescentes desenvolvessem e articulassem os outros grupos de proteção (atributos pessoais e sistemas externos de apoio). Acreditamos que estes fatores de proteção (escola, ONG, Conselho Tutelar, pessoas ligadas à família) possibilitaram o estabelecimento de novos processos proximais, que

conforme Bronfenbrenner e Morris (1998), são os mecanismos responsáveis pelo desenvolvimento, e estes mecanismos devem ser estimulados pelas instituições executoras de medidas socioeducativas (Nardi, 2010).

Assim, conclui-se que nenhuma variável deve ser avaliada de forma isolada, tornando-se necessário, avaliar todo o contexto para podermos entender os motivos que levam os adolescentes a cometerem atos infracionais. Desta forma, o presente estudo, não pretende responder a todos os questionamentos que permeiam este contexto, mas, serviu de instrumento para se pensar novas pesquisas e novas perspectivas metodológicas (pesquisa com os pais destes adolescentes, pesquisa com adolescentes após o cumprimento da medida socioeducativa, entre outras).

Além disso, a pesquisa possibilita que programas de prevenção possam ser pensados, visando à diminuição de adolescentes envolvidos em delitos. Enfatizamos que nenhum programa que atue junto a adolescentes conseguirá êxito sem se trabalhar conjuntamente a família. O estudo de Mondin (2008), sobre o efeito das práticas educativas, enfatiza a importância das atividades de apoio às famílias, buscando auxiliá-las na organização e estruturação do ambiente familiar, buscando um contexto positivo de desenvolvimento para os filhos.

Outra questão importante a ser levantada, é sobre ao contexto social e cultural a que estas famílias estão expostas. As políticas públicas não oferecem um contexto de desenvolvimento saudável para estas famílias que se encontram em situação de miséria, ou pobreza. As famílias em sua maioria monoparentais, muitas vezes não encontram suporte de qualidade na rede social para os cuidados com os filhos, como creches e escolas, estas instituições acabam por encontrar dificuldades e limitações frente a crianças e adolescentes agressivos, e acabam por estigmatizá-los em vez de servir de suporte, apoio ou proteção. A sociedade com seus estereótipos exclui a tudo e a todos que não “se enquadram” nos padrões de beleza e consumismo. Por isso, enfatizamos a necessidade dos profissionais que atuam nesta área, reconhecer o contexto em que estes jovens e suas famílias estão inseridos.

Quanto às dificuldades e facilidades encontradas na elaboração do trabalho, ressaltamos que a coleta de dados a partir do questionário, das pastas e do contato com os profissionais da ONG, possibilitaram um maior entendimento acerca dos casos estudados. Quanto às limitações encontradas pode-se compreender que foram estudados apenas três casos e não podem ser feitas generalizações. De qualquer forma, a triangulação dos dados coletados possibilitou uma compreensão dos casos, garantindo uma maior validade ecológica. Portanto, conclui-se que o presente trabalho contribui para uma reflexão sobre a temática do comportamento infrator na adolescência, partindo de uma visão mais ampla, em que os contextos pessoal, familiar e extrafamiliar são considerados. Deste modo, destaca-se a importância de não atribuir as causas

deste comportamento apenas ao adolescente, e sim a todo um conjunto de variáveis familiares, sociais e econômicas que se encontram relacionadas a este fenômeno.

Referências

- Aberastury, A. (1980). *Adolescência*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Ang, R. P., & Huan, V. S. (2008). Predictors of recidivism for adolescent offenders in a Singapore sample. *Criminal Justice and Behavior*, 35 (7), 895-905.
- Amparo, D., Galvão, A., Cárdenas, C., & Koller, S. (2008). A escola e as perspectivas educacionais de jovens em situação de risco. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPPEE)*, 12 (1), 69-88.
- Antunes, C. (2000). *A construção do afeto: Como estimular as múltiplas inteligências de seus filhos*. São Paulo: Angustus Editora.
- Arpini, D. M. (2003). *Violência e exclusão em grupos populares*. São Paulo: EDUSC.
- Assis, S. G. (1999). *Traçando caminhos em uma sociedade violenta: A vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Assis, S. G., & Constantino, P. (2001). *Filhas do mundo: Infração juvenil feminina no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Assis, S. G., & Constantino, P. (2005). Perspectivas de prevenção da infração juvenil masculina. *Ciência e Saúde Coletiva*, 10 (1), 81-90.
- Assis, S. G., Pesce, R. P., & Avanci, J. Q. (2006). *Resiliência: Enfatizando a proteção dos adolescentes*. Porto Alegre: Artmed.
- Bandeira, D. R., Koller, S., Hutz, C., & Foster, L. (1996). Desenvolvimento psicossocial e profissionalização: Uma experiência com adolescentes de risco. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9, 185-208.
- Barnett, D. (1997). The effects of early intervention on maltreating parents and their children. In M. J. Guralnick (Ed.), *The effectiveness of early intervention* (pp.147-170). Baltimore: Paul Brookes.
- Branco, B. M., Wagner, A., & Demarchi, K. A. (2008). Adolescentes infratores: Rede social e funcionamento familiar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(1), 125-132.
- Brasil, (2005). Ministério da Saúde. *Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil. (1990). Presidência da República. *Lei n. 8069 de 13 de jul. de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, D.F.
- Brazelton T. B., & Cramer B. G. (1992). *As primeiras relações*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Original published in 1979).

- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (1998). The ecology of developmental processes. In W. Damon & R. M. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology: Vol. 1. Theoretical models of human development* (pp.993-1027). New York: John Wiley & Sons.
- Carvalho, M. C. N., & Gomide, P. I. C. (2005). Práticas educativas parentais em famílias de adolescentes em conflito com a lei. *Estudos de Psicologia*, 22 (3), 263-275.
- Castro, A. L. S. (2002). Os adolescentes em conflito com a lei. In M. de L. J. Contini, S. H. Koller & M. N. dos S. Barros (Eds.), *Adolescência e Psicologia: Concepções, Práticas e Reflexões Críticas* (pp. 122- 129). Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia.
- Castro, A. L. S. (2006). *Ato infracional, exclusão e adolescência: Construções sociais*. Unpublished master's thesis, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Ceolin, L. (2003). *A construção dos vínculos afetivos e sociais do adolescente em conflito com a lei*. Unpublished master's thesis, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Conte, F. C. S. (2001). Promovendo a relação entre pais e filhos. In M. Delitti (Ed.), *Sobre comportamento e cognição: A prática da análise do comportamento e da terapia cognitivo-comportamental* (pp. 161-168). Santo André: Esetec.
- Costa, L. F., Penso, M. A., & Féres-Carneiro, T. (1992). Reorganizações familiares: as possibilidades de saúde a partir da separação conjugal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 8, 495-503.
- Costa, A. P. M. (2005). *As garantias processuais e o direito penal juvenil: Como limite na aplicação da medida socioeducativa de internação*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed.
- Costa, C. R. B. S. F., & Assis, S. G. (2006). Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo. *Psicologia e Sociedade*, 18 (3), 74-81.
- Dalbem, J. X. (2005). *Características da representação do apego em adolescentes institucionalizadas e processos de resiliência na construção de novas relações afetivas*. Unpublished master's thesis, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Dalbem, J. X., & Dell'Aglio, D. D. (2005). Teoria do apego: Bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 57 (1), 12-24.
- D'Andrea, F. F. (2006). *Desenvolvimento da personalidade: Enfoque psicodinâmico*. 17 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

- De Antoni, C. (2000). *Vulnerabilidade e resiliência familiar na visão de adolescentes maltratadas*. Unpublished master's thesis. Curso de Pós Graduação em Psicologia do Desenvolvimento. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Dell'Aglio, D. D., Santos, S. S., & Borges, J. L. (2004). Infração juvenil feminina: Uma trajetória de abandonos. *Interação em Psicologia*, 8 (2), 191-198.
- Dell'Aglio, D. D., Benetti, S. P. C., Deretti, L., D'Incao, D. B., & Leon, J. S. (2005). Eventos estressores no desenvolvimento de meninas adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas. *Paidéia* 15 (30), 119-129.
- Dell'Aglio, D. D., Koller, S. H., Cerqueira-Santos, E., & Colaço, V. F. R. (2011). Revisando o Questionário da Juventude Brasileira: Uma nova proposta. In D. D. Dell'Aglio & S. H. Koller (Eds.), *Adolescência e Juventude: vulnerabilidade e contextos de proteção* (pp. 259-270). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Desai, R. A., Lam, J., & Rosenhenck, R. A. (2000). Childhood risk factors for criminal justice involvement in a sample of homeless people with serious mental illness. *Journal of Nervous and Mental Disease*, 188, 324-332.
- Diógenes, G. (1998). *Cartografias da cultura e da violência: Gangues, galeras e movimentos hip hop*. São Paulo: Annablume.
- Domingos, B., & Maluf, M. R. (2003). Experiências de perda e de luto em escolares de 13 a 18 anos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(3), 577-589.
- Erikson, E. H. (1976). *Identidade, juventude e crise* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Fecundo, F. R. G., & Pedrão, L. J. (2008). Fatores de risco pessoais e interpessoais no consumo de drogas ilícitas em adolescentes e jovens marginais de bandos juvenis. *Revista Latino - americana de Enfermagem*, 16 (3). Retirada em Fev. 08, 2012, de http://www.scielo.br/pdf/rlae/v16n3/pt_06.pdf.
- Feijó, M. C., & Assis, S. G. de. (2004). O contexto da exclusão social e da vulnerabilidade de jovens infratores e suas famílias. *Estudos de Psicologia*, 9 (1), 157-166.
- Feldman, P. M. (1979). *Comportamento criminoso: Uma análise psicológica*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Feldman, S., & Weinberger, D. (1994). Self-restraint as a mediator of family influences on boys' delinquent behavior: A longitudinal study. *Child Development*, 65, 195-211.
- Fonseca, C. (2002). Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. *Psicologia USP*, 13 (2), 49-68.
- Frias-Armenta, M., Lopez-Escobar, A. E., & Diaz-Mendez, S. G. (2003). Predictores de la conducta antisocial juvenil: Un modelo ecológico. *Estudios de Psicologia (Natal)*, 8(1), 15-24.

- Gallo, A. E., & Williams, L. C. A. (2005). Adolescentes em conflito com a lei: Uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. *Psicologia Teoria e Prática*, 7 (1), 81-95.
- Garbarino, J. (1999). *Lost boys: Why our sons turn violent and how we can save them*. New York: The Free Press.
- Gauer, G. J. C., Neto, A. C., & Lazzaron, L. R. (2010). Juventude, contemporaneidade e comportamento agressivo. In Gauer, R. M. C. (Ed.), *Criminologia e sistemas jurídico-penais contemporâneos* (pp. 61-90). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Goldenberg. (1998). O pai simbólico está ausente na criança e no adolescente infratores. In D. Levisky (Ed.), *Adolescência pelos Caminhos da Violência* (pp. 113-127). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Gomide, P. I. C. (1998). *Menor infrator: A caminho de um novo tempo*. Curitiba: Juruá.
- Gomide, P. I. C. (2002). Crianças e adolescentes em frente à TV: o que e quanto assistem televisão. *Psicologia Argumento*, 30 (19), 17-28.
- Gomide, P. I. C. (2003). Estilo parental e comportamento anti-social. In A. Del Prette, & Z. Del Prette (Eds.), *Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem: Questões conceituais, avaliação e intervenção* (pp.21-60). Campinas: Alínea.
- Gomide, P. I. C. (2004). *Pais presentes, pais ausentes: Regras e limites*. Petrópolis: Vozes.
- Gomide, P. I. C. (2009). A influência da profissão no estilo parental materno percebido pelos filhos. *Estudos de Psicologia*, 26 (1), 25-34.
- Grossman, E. (1998). A adolescência através dos tempos. *Adolescência Latinoamericana*, 1, 68-74.
- Hein, A. (2004). Factores de riesgo y delincuencia juvenil: Revisión de la literatura nacional e internacional. Fundación Paz e Ciudadana. Retirado em Jan. 12, 2012, de http://www.pazciudadana.cl/docs/pub_20090623190509.pdf.
- Herrera, V. M., & McCloskey, L. A. (2001). Gender differences in the risk for delinquency among youth exposed to family violence. *Child Abuse & Neglect*, 23 (11), 1037-1051.
- Hutz, C., Koller, S., & Bandeira, D. (1996). Resiliência e vulnerabilidade em crianças em situação de risco. *Coletâneas da ANPEPP*, 1, 79-86.
- Klaus, M. H., & Kennell, J. (2000). *Vínculo: Construindo as bases para um apego seguro e para a independência*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Kristensen, C. H., Leon, J. S., D’Incao, D. B., & Dell’Aglio, D. D. (2004). Análise da frequência e do impacto de eventos estressores em uma amostra de adolescentes. *Interação em Psicologia*, 8(1), 45-55.
- Lewis, M. (1995). *Tratado da psiquiatria da infância e adolescência* (pp.346-354). Porto Alegre; Artes Médicas.

- Loeber, R., & Dishion, T. (1983). Early predictors of male delinquency: A review. *Psychological Bulletin*, 94, 68-99.
- Lubi, A. P. L. (2003). Estilo parental e comportamento socialmente habilidoso da criança com pares. In M. Z. Brandão, F. C. S. Conte, F. S. Brandão, Y. K. Ingberman, C. B. Moura, & V. M. Silva (Eds.), *Sobre comportamento e cognição: A história, os avanços a seleção por consequências em ação*. Volume 11 (pp.536-541). Santo André: Esetec.
- Maia, J. M. D., & Williams, L. C. A. (2005). Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: Uma revisão da área. *Temas em Psicologia*, 13 (2), 91-103.
- Marin. I. S. K. (1998). Instituições e violência. Violência nas instituições. In D. Levisky. (Ed.). *Adolescência pelos caminhos da violência – a psicanálise na prática social* (pp. 101-112). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Marinho, M. L., & Caballo, V. E. (2002). Comportamento anti-social infantil e seu impacto para o comportamento social. *Psicologia, Saúde e Doenças*, 3 (2), 141-147.
- Marriel, L. C., Assis, S. G., Avanci, J. Q., & Oliveira, R. V. C. (2006). Violência escolar e auto-estima de adolescentes. *Cadernos de Pesquisa*, 36 (127), 35-50.
- Masten, A., & Garmezy, N. (1985). Risk, vulnerability, and protective factors in developmental psychopathology. In B. Lahey & A. Kazdin (Eds.), *Advances in clinical child psychology*. V. 8 (pp. 1-53). New York: Plenum Press.
- Minuchin, S., & Fishman, H. C. (2003). *Técnicas de terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Mondin, E. M. C. (2008). Práticas educativas parentais e seus efeitos na criação dos filhos. *Psicologia Argumento*, 26 (54), 233-244.
- Morais, N. A. (2008). *Resiliência de adolescentes em situação de vulnerabilidade social*. Tese de doutoramento não publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Morais, N. A., Paludo, S., & Koller, S. (2010). Famílias de crianças e adolescentes em situação de rua. In N. A. Moraes, L. Neiva-Silva, & S. Koller, (Eds.). *Endereço desconhecido: Crianças e adolescentes em situação de rua* (pp.177-197). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Nardi, F. L. (2010). *Adolescentes em conflito com a lei: percepções sobre família, ato infracional e medida socioeducativa*. Unpublished master's thesis, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Nardi, F. (2011). *Delinquência Juvenil: Variáveis associadas à manifestação do comportamento antissocial*. Projeto de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS.

- Newcombe, N. (1999). *Desenvolvimento infantil: Abordagem de Mussen*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Oliveira, C. S. (2001). *Sobrevivendo no inferno: A violência juvenil na contemporaneidade*. Porto Alegre: Sulina.
- Oliveira, M. B. de. (2008). *O significado da violência para jovens de classe média autores de ato infracional*. Dissertação de Mestrado em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Brasil.
- Organização Mundial da Saúde. (1997). *CID-10 Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde..* Vol. 1, 10a rev. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- OMS (Organização Mundial de Saúde). (1975). El embarazo y el aborto em la adolescência. Genebra. Retrieved in Dez 13, 2012 from <http://www.proceedings.scielo.br/scielo>.
- Osofsky, J. D. (1995). The effects of exposure to violence on young children. *American Psychologist*, 50 (9), 782-788.
- Osório, L. C. (1982). Síndrome delinquencial: Um estudo sobre a psicopatologia do adolescente. In L. C. Outeiral (Ed.). *Infância e Adolescência* (pp.74-85).. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Osório, L. C. (1991). *Adolescente hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Osório, L. C. (1992). *Grupoterapia hoje*. 2ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Osório, L. C. (2002). *Casais e famílias, uma visão contemporânea*. Porto Alegre: Artmed.
- Outeiral, J. O. (1982). *Infância e adolescência*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Outeiral, J. O. (1994). *Adolescer: estudos sobre a adolescência*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Pacheco, J. T. B. (2004). *A construção do comportamento anti-social em adolescentes autores de atos infracionais: Uma análise a partir das práticas educativas e dos estilos parentais*. Unpublished doctoral dissertation. Programa de Pós Graduação em Psicologia do Desenvolvimento. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Pacheco, J. T. B., & Hutz, C. (2009). Variáveis familiares predictoras do comportamento anti-social em adolescentes autores de atos infracionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25 (2), 213-219.
- Paludo, S. S., & Koller, S. (2005). Resiliência na rua: Um estudo de caso. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21 (2), 187-195.
- Paludo, S. S., & Koller, S. (2008). Toda criança tem família: Criança em situação de rua também. *Psicologia & Sociedade*, 20, 42-52.
- Passamani, M. E., & Rosa, E. M. (2009). Conhecendo um programa de liberdade assistida pela percepção de seus operadores. *Psicologia Ciência e Profissão*, 29 (2), 330-345.

- Patterson, G., Reid, J., & Dishion, T. (1992). *Antisocial boys*. E.U.A.: Castalia Publishinh Company.
- Pesce, R. P. (2009). Violência familiar e comportamento agressivo e transgressor na infância: Uma revisão de literatura. *Ciência e Saúde Coletiva*, 14 (2), 507-518.
- Piaget, J. (2003). *Seis estudos de Psicologia*. 24º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Prates, F.C. (2002). *Adolescente infrator*. Curitiba: Juruá.
- Ramires, V. R. R. (2004). As transições familiares: A perspectiva de crianças e pré-adolescentes. *Psicologia em Estudo, Maringá*, 9 (2), 183-193.
- Reppold, C. T., & Hutz, C. S. (2002). Auto-estima entre adolescentes de uma amostra não clínica: Prevalência, fatores influentes e subsídios para intervenção. In *Anais do I Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão*, São Paulo.
- Reppold, C. T., Pacheco, J., Bardagi, M., & Hutz, C. (2002). Prevenção de problemas de comportamento e o desenvolvimento de competências psicossociais em crianças e adolescentes: Uma análise das práticas educativas e dos estilos parentais. In C. Hutz. (Ed.), *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: Aspectos teóricos e estratégias de intervenção* (pp. 8-51). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Reppold, C. T., Pacheco, J., & Hutz, C. (2005). Comportamento agressivo e práticas disciplinares parentais. In C. Hutz (Ed.), *Violência e risco na infância e adolescência: Pesquisa e intervenção* (pp. 9-42). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Ribeiro, M. O. (2001). A criança de rua tem família: Uma família em crise. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 11 (1), 35-47.
- Rydellius, P. A. (2001). Antisocial behavior of adolescents and environment: Need for a multidisciplinary model. *Lakartidningen*, 98 (19), 2313-2316.
- Rolim, M. (2009). *A síndrome da rainha vermelha: Policiamento e segurança pública no século XXI*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Salvo, C. G. de., Silveiras, E. F. M., & Toni, P. M. (2005). Práticas educativas como forma de predição de problemas de comportamento e competência social. *Estudos de Psicologia*, 22 (2), 187-195.
- Santos, F. V. G. D. (2007). *Família: Peça fundamental na ressocialização de adolescentes em conflito com a lei?* Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil.
- Santrock, J. W. (2003). *Adolescência*. 8ª ed. Rio de Janeiro: LTC.
- Saraiva, J. B. (1999). *Adolescente e ato infracional: Garantias processuais e medidas sócio-educativas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

- Shaffer, D. R. (2005). *Psicologia do desenvolvimento: Infância e adolescência*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Shoemaker, D. J. (2000). *Theories of delinquency: An examination of explanations of delinquent behavior* (4ª ed.). New York: Oxford University Press.
- Silva, E. R. (2004). *O direito à convivência familiar e comunitária: Os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA.
- Silva, M. C. da. (1999). Ato delincente e adolescência; vicissitudes de uma travessia. In A. Jerusalinsky (Ed.), *Adolescência: Entre o passado e o futuro* (pp. 243-248). Porto Alegre: Artes e Ofícios.
- Silvares, E. F. M. (2000). Terapia comportamental com famílias de crianças agressivas: Por que, como e quando. *Paidéia 10* (19), 25-32.
- Soares, A. C., & Arpini, D. M. (2009). Construindo Caminhos: expectativas futuras de adolescentes em privação de liberdade. In D. M. Arpini (Ed.), *Psicologia, Família e Instituição* (pp. 177-208). Santa Maria: Editora UFSM.
- Steinberg, L. (1989). *Adolescence*. New York: Alfred Knopf.
- Steinberg, L. (2000). The family at adolescence: Transition and transformation. *Journal of Adolescent Health, 27*, 170-178.
- Stice, E., & Barrera, M. (1995). A longitudinal examination of the reciprocal relations between perceived parenting and adolescents' substance use and externalizing behaviors. *Developmental Psychology, 31*, 322-334.
- Valle, F. (2003). A reincidência de atos infracionais em adolescentes em conflito com a lei: Marcas de uma subjetividade. In F. Barros (Ed.), *To fora: O adolescente fora da lei - o retorno da segregação* (pp. 49-100). Belo Horizonte: Del Rey.
- Vargas, F., & Cezne, G. O. (2009). *A gente erra tentando acertar: As práticas parentais em adolescentes infratores*. Trabalho Final de graduação não publicado. Graduação em Psicologia, Centro Universitário Franciscano: Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Violante M. L. V. (1997). A perversidade da exclusão social. In D. Levisky (Ed.), *Adolescência e violência: Conseqüências da realidade brasileira* (pp.63-75). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Volpi, M. (2002). *O adolescente e o ato infracional*. 4ª ed. São Paulo: Cortez; UNESCO.
- Wagner, A. (2002). *Família em cena: tramas, dramas e transformações*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Werner, E. E. (1998). Protective factors and individual resilience. In S. J. Meisels, J., & P. Shonkoff (Eds.), *Handbook of early childhood intervention* (pp. 97-116). Nova York: Cambridge University Press.
- Winnicott, D. W. (1999). *Privação e Delinqüência*. São Paulo, Martins Fontes.

- Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso: Planejamento e métodos*. (Daniel Grassi, Trans.). Porto Alegre: Bookman. (Original published in 2003).
- Zamberlan, M. A. T. (2003). *Psicologia e prevenção: Modelos de intervenção na infância e na adolescência*. Londrina: EDUEL.
- Zamora, M. H. (2008). Adolescentes em conflito com a lei: Um breve exame da produção recente em psicologia. *Revista eletrônica Polêmica*, 7 (2), 7-20. Retrieved in Jan 02, 2012, from http://www.polemica.uerj.br/pol24/artigos/lipis_1pdf.

ANEXO A

QUESTIONÁRIO

Código: _____ Data: ___/___/___

1. Unidade de internação:

2. Ato infracional cometido:

3. Há quanto tempo está aqui na FASE?

4. Sexo: a. () Masculino b. () Feminino
5. Idade: _____ anos
6. Data de nascimento: ___/___/___
7. Estudou/estuda em que série: _____
8. Cor:
 - a. () Branca
 - b. () Negra
 - c. () Parda
 - d. () Amarela (oriental)
 - e. () Indígena
9. Estado civil:
 - a. () Solteiro
 - b. () Casado
 - c. () Mora junto
 - d. () Separado/divorciado
 - e. () Viúvo
 - f. () Outros: _____
10. Tem (ou já teve) irmãos ou irmãs internados na FASE?
 - a. () Não b. () Sim

Quantos? _____

11. Recebe visitas da família?

a. () Não b. () Sim

Quem visita?

- a. () Mãe
- b. () Pai
- c. () Irmão/Irmã
- d. () Vó/Vô
- e. () Tio/Tia

f. () Outras pessoas. Quem?

12. Com que frequência são as visitas?

a. () Toda semana
b. () Todo mês
c. () Algumas vezes por ano
d. () Raramente

13. Conhece a sua mãe?

a. () Conheço
b. () Não conheço
c. () Conheço, mas não vejo faz tempo
d. () Ela faleceu

14. Conhece o seu pai?

a. () Conheço
b. () Não conheço
c. () Conheço, mas não vejo faz tempo
d. () Ele faleceu

15. Com quem você mora? (Marque mais de uma resposta se for o caso)

a. () Pai
b. () Mãe
c. () Padrasto
d. () Madrasta
e. () Irmãos
f. () Avô
g. () Avó
h. () Tios
i. () Pais adotivos
j. () Filho(s)
k. () Companheira(o)
l. Outros: _____

TOTAL DE PESSOAS NA SUA CASA: _____

16. Qual é o grau de instrução de seu pai e da sua mãe? Marque com X:

		Pai	Mãe
a	Analfabeto		
b	Sabe ler, mas não foi à escola		
c	Fundamental incompleto (1º grau)		
d	Fundamental completo (1º grau)		
e	Médio incompleto (2º grau)		
f	Médio completo (2º grau)		
g	Superior incompleto (universitário)		
h	Superior completo (universitário)		
i	Pós-Graduação		
j	Não sei		

17. Você já foi reprovado?
 a. () Não
 b. () Sim c. Quantas vezes? _____

18. Você já foi expulso de alguma escola?
 a. () Não
 b. () Sim c. Quantas vezes? _____
 d. Por quê? () Brigas () Faltas
 () Outro: _____

19. Por favor, marque com X no número que corresponde a sua opinião sobre as seguintes afirmativas:

- ①Discordo totalmente
 ②Discordo um pouco
 ③Não concordo nem discordo
 ④Concordo um pouco
 ⑤Concordo totalmente

A	Eu me sinto bem quando estou na escola	① ② ③ ④ ⑤
B	Gosto de ir para a escola	① ② ③ ④ ⑤
C	Gosto da maioria dos meus professores	① ② ③ ④ ⑤
D	Quero continuar meus estudos nessa escola	① ② ③ ④ ⑤
E	Posso contar com meus professores	① ② ③ ④ ⑤
F	Posso contar com técnicos da escola (orientador, coordenador)	① ② ③ ④ ⑤
G	Confio nos colegas da escola	① ② ③ ④ ⑤

20. Agora vamos falar um pouco das suas relações com a família, especialmente entre você e seus pais (mãe, madrasta, pai, padrasto, ou outras pessoas que cuidam ou cuidaram de você).

- ①Discordo totalmente
 ②Discordo um pouco
 ③Não concordo nem discordo
 ④Concordo um pouco
 ⑤Concordo totalmente

A	Costumamos conversar sobre problemas da nossa família	① ② ③ ④ ⑤
B	Meus pais raramente me criticam	① ② ③ ④ ⑤
C	Raramente ocorrem brigas na minha família	① ② ③ ④ ⑤
D	Quando estou com problemas, posso contar com a ajuda dos meus pais	① ② ③ ④ ⑤
E	Sinto que sou amado e tratado de forma especial pelos meus pais	① ② ③ ④ ⑤
F	Meus pais em geral sabem onde eu estou	① ② ③ ④ ⑤
G	Nunca sou humilhado por meus pais	① ② ③ ④ ⑤
H	Meus pais raramente brigam entre eles	① ② ③ ④ ⑤
I	Meus pais dão atenção ao que eu penso e ao que eu sinto	① ② ③ ④ ⑤
J	Meus pais conhecem meus amigos	① ② ③ ④ ⑤
K	Eu me sinto aceito pelos meus pais	① ② ③ ④ ⑤
L	Meus pais me ajudam quando eu preciso de dinheiro, comida ou roupa	① ② ③ ④ ⑤
M	Costumo conversar com meus pais sobre decisões que preciso tomar	① ② ③ ④ ⑤
N	Meus pais sabem com quem eu ando	① ② ③ ④ ⑤
O	Eu me sinto seguro com meus pais	① ② ③ ④ ⑤

24. Quanto a você, responda às questões abaixo:

	Tipo	Já experimentou ao menos uma vez na vida?	Que idade você tinha quando usou pela 1ª vez?
A	Bebida alcoólica	a. () Não b. () Sim	
B	Cigarro comum	a. () Não b. () Sim	
C	Maconha	a. () Não b. () Sim	
D	Cola, solventes, <i>thinner</i> , lança-perfume, acetona	a. () Não b. () Sim	
E	Cocaína	a. () Não b. () Sim	
F	<i>Crack</i>	a. () Não b. () Sim	
G	<i>Ecstasy</i>	a. () Não b. () Sim	
H	Remédio para emagrecer sem receita médica	a. () Não b. () Sim	
I	Anabolizante	a. () Não b. () Sim	
J	Remédio para “ficar doidão”	a. () Não b. () Sim	
K	Chá para “ficar doidão”	a. () Não b. () Sim	
L	Outra _____	a. () Não b. () Sim	

25. Caso você já tenha experimentado alguma droga, responda às questões abaixo:

	Tipo	Usava antes de entrar pra FASE?	Com que frequência usava? Marque com um X			
			Usava uma vez por mês	Usava uma vez por semana	Usava de 2 a 4 vezes por semana	Usava 5 ou mais vezes por semana
A	Bebida alcoólica	a. () Não b. () Sim				
B	Cigarro comum	a. () Não b. () Sim				
C	Maconha	a. () Não b. () Sim				
D	Cola, solventes, lança-perfume, <i>thinner</i> , acetona	a. () Não b. () Sim				
E	Cocaína	a. () Não b. () Sim				
F	<i>Crack</i>	a. () Não b. () Sim				
G	<i>Ecstasy</i>	a. () Não b. () Sim				
H	Remédio para emagrecer sem receita médica	a. () Não b. () Sim				
I	Anabolizante	a. () Não b. () Sim				
J	Remédio para “ficar doidão”	a. () Não b. () Sim				
K	Chá para “ficar doidão”	a. () Não b. () Sim				
L	Outra: _____	a. () Não b. () Sim				

26. Se você nunca experimentou drogas pule para a questão 31. Se você já experimentou, responda qual foi a primeira droga que você usou? _____

28. Você já **pensou** em parar de usar alguma droga?

- a. () Não (pule para a questão 30)
b. () Sim

27. Se você consome/consumia drogas, você o faz/fazia quando: (Marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. () Está sozinho
b. () Está com amigos
c. () Está com algum familiar
d. () Está com o(a) namorado(a)
e. () Outros. Quem? _____

29. Já **tentou** (de fato) parar de usar alguma substância?

- a. () Nunca tentei parar, pois nunca usei nenhuma substância regularmente
b. () Nunca tentei parar, apesar de usar ou já ter usado regularmente alguma substância
c. () Sim, já tentei parar (**então preencha a tabela abaixo**)

	A – Tentou parar	B – Conseguiu parar de usar
1. Álcool	A () Não B () Sim	A () Não B () Sim C () Parou por um tempo e depois voltou
2. Tabaco	A () Não B () Sim	A () Não B () Sim C () Parou por um tempo e depois voltou
3. Solventes	A () Não B () Sim	A () Não B () Sim C () Parou por um tempo e depois voltou
4. Maconha	A () Não B () Sim	A () Não B () Sim C () Parou por um tempo e depois voltou
5. Cocaína	A () Não B () Sim	A () Não B () Sim C () Parou por um tempo e depois voltou
6. Crack	A () Não B () Sim	A () Não B () Sim C () Parou por um tempo e depois voltou
7.Outra: _____	A () Não B () Sim	A () Não B () Sim C () Parou por um tempo e depois voltou

30. Se você já tentou parar de usar drogas, alguém ajudou você nesta tentativa? (Marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. () Tentei sozinho
b. () Tentei com um amigo/grupo de amigos
c. () Alguém da igreja
d. () Alguém de escola
e. () Alguém do hospital, posto de saúde ou comunidade terapêutica
f. () Alguém da família
g. () Outros _____

31. Identifique situações que você já viveu **FORA DE CASA**, na coluna 1 e a seguir responda às questões:

Tipo de situação	A. Já aconteceu?	B. Em geral, com que frequência esta situação acontecia?	C. Em geral, o quão ruim foi para você esta situação?	D. Indique quem fez isto com mais frequência?
a) Ameaça ou humilhação	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① nunca ② quase nunca ③ às vezes ④ quase sempre ⑤ sempre	① nada ruim ② um pouco ruim ③ mais/menos ruim ④ muito ruim ⑤ horrível	A <input type="checkbox"/> amigos B <input type="checkbox"/> colegas de escola C <input type="checkbox"/> vizinhos D <input type="checkbox"/> professores/monitores E <input type="checkbox"/> policiais F <input type="checkbox"/> desconhecidos G <input type="checkbox"/> outros: _____
b) Soco ou surra	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① nunca ② quase nunca ③ às vezes ④ quase sempre ⑤ sempre	① nada ruim ② um pouco ruim ③ mais/menos ruim ④ muito ruim ⑤ horrível	A <input type="checkbox"/> amigos B <input type="checkbox"/> colegas de escola C <input type="checkbox"/> vizinhos D <input type="checkbox"/> professores/monitores E <input type="checkbox"/> policiais F <input type="checkbox"/> desconhecidos G <input type="checkbox"/> outros: _____
c) Agressão com objeto (madeira, cinto, fio, cigarro, etc.)	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① nunca ② quase nunca ③ às vezes ④ quase sempre ⑤ sempre	① nada ruim ② um pouco ruim ③ mais/menos ruim ④ muito ruim ⑤ horrível	A <input type="checkbox"/> amigos B <input type="checkbox"/> colegas de escola C <input type="checkbox"/> vizinhos D <input type="checkbox"/> professores/monitores E <input type="checkbox"/> policiais F <input type="checkbox"/> desconhecidos G <input type="checkbox"/> outros: _____
d) Mexeu no meu corpo contra a minha vontade	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① nunca ② quase nunca ③ às vezes ④ quase sempre ⑤ sempre	① nada ruim ② um pouco ruim ③ mais/menos ruim ④ muito ruim ⑤ horrível	A <input type="checkbox"/> amigos B <input type="checkbox"/> colegas de escola C <input type="checkbox"/> vizinhos D <input type="checkbox"/> professores/monitores E <input type="checkbox"/> policiais F <input type="checkbox"/> desconhecidos G <input type="checkbox"/> outros: _____
e) Relação sexual forçada	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① nunca ② quase nunca ③ às vezes ④ quase sempre ⑤ sempre	① nada ruim ② um pouco ruim ③ mais/menos ruim ④ muito ruim ⑤ horrível	A <input type="checkbox"/> amigos B <input type="checkbox"/> colegas de escola C <input type="checkbox"/> vizinhos D <input type="checkbox"/> professores/monitores E <input type="checkbox"/> policiais F <input type="checkbox"/> desconhecidos G <input type="checkbox"/> outros: _____

32. Em algum momento da sua vida você já se envolveu em situações ilegais como as citadas abaixo?

Marque todas que já aconteceram:

- a. () Envolvimento em brigas com agressão física/violência contra pessoas
- b. () Destruição de propriedade
- c. () Envolvimento em pichação
- d. () Assaltou alguém
- e. () Roubou algo
- f. () Vendeu drogas
- g. () Outra. Qual? _____

33. Você já pensou em se matar?

- a. () Não (pule para a questão 35)
- b. () Sim Quantas vezes: _____

34. Você já tentou se matar?

a. () Não

b. () Sim Quantas vezes: _____

c. Quantos anos você tinha quando tentou se matar pela primeira vez? _____

d. Quando você tentou se matar, como foi que você fez? (Marque mais de uma resposta se for o caso)

a. () Com faca, tesoura, canivete

b. () Com revólver

c. () Enforcado

d. () Com remédios, venenos

e. () Atropelamento

f. () Queda provocada (viadutos, edifícios,...)

g. () Com fogo

h. () Outro: _____

a1. Quantas vezes: _____

b1. Quantas vezes: _____

c1. Quantas vezes: _____

d1. Quantas vezes: _____

e1. Quantas vezes: _____

f1. Quantas vezes: _____

g1. Quantas vezes: _____

h1. Quantas vezes: _____

35. Marque com um X no número que corresponde à sua opinião sobre as seguintes afirmações:

① Nunca

② Quase nunca

③ Às vezes

④ Quase sempre

⑤ Sempre

A	Sinto que sou uma pessoa de valor como as outras pessoas	① ② ③ ④ ⑤
B	Eu sinto vergonha de ser do jeito que sou	① ② ③ ④ ⑤
C	Às vezes, eu penso que não presto para nada	① ② ③ ④ ⑤
D	Sou capaz de fazer tudo tão bem como as outras pessoas	① ② ③ ④ ⑤
E	Levando tudo em conta, eu me sinto um fracasso	① ② ③ ④ ⑤
F	Às vezes, eu me sinto inútil	① ② ③ ④ ⑤
G	Eu acho que tenho muitas boas qualidades	① ② ③ ④ ⑤
H	Eu tenho motivos para me orgulhar na vida	① ② ③ ④ ⑤
I	De modo geral, eu estou satisfeito(a) comigo mesmo(a)	① ② ③ ④ ⑤
J	Eu tenho uma atitude positiva com relação a mim mesmo (a)	① ② ③ ④ ⑤

36. Marque com um X no número que corresponde à sua opinião sobre as seguintes afirmações:

① Não é verdade a meu respeito

② É dificilmente verdade a meu respeito

③ É moderadamente verdade a meu respeito

④ É totalmente verdade a meu respeito

A	Se estou com problemas, geralmente encontro uma saída	① ② ③ ④
B	Mesmo que alguém se oponha eu encontro maneiras e formas de alcançar o que quero	① ② ③ ④
C	Tenho confiança para me sair bem em situações inesperadas	① ② ③ ④
D	Eu posso resolver a maioria dos problemas, se fizer o esforço necessário	① ② ③ ④
E	Quando eu enfrento um problema, geralmente consigo encontrar diversas soluções	① ② ③ ④
F	Consigo sempre resolver os problemas difíceis quando me esforço bastante	① ② ③ ④
G	Eu acho que sou capaz de fazer coisas tão bem quanto a maioria das pessoas	① ② ③ ④
H	Tenho facilidade para persistir em minhas intenções e alcançar meus objetivos	① ② ③ ④
I	Devido às minhas capacidades, sei como lidar com situações imprevistas	① ② ③ ④
J	Eu me mantenho calmo mesmo enfrentando dificuldades porque confio na minha capacidade de resolver problemas	① ② ③ ④
L	Eu geralmente consigo enfrentar qualquer adversidade.	① ② ③ ④

37. Use a seguinte escala para indicar suas chances de:

- ① Muito Baixas
- ② Baixas
- ③ Cerca de 50%
- ④ Altas
- ⑤ Muito Altas

A	Concluir o ensino médio (segundo grau)	① ② ③ ④ ⑤
B	Entrar na Universidade	① ② ③ ④ ⑤
C	Ter um emprego que me garanta boa qualidade de vida	① ② ③ ④ ⑤
D	Ter minha casa própria	① ② ③ ④ ⑤
E	Ter um trabalho que me dará satisfação	① ② ③ ④ ⑤
F	Ter uma família	① ② ③ ④ ⑤
G	Ser saudável a maior parte do tempo	① ② ③ ④ ⑤
H	Ser respeitado na minha comunidade	① ② ③ ④ ⑤
I	Ter amigos que me darão apoio	① ② ③ ④ ⑤

38. Dentre os eventos abaixo, indique quais os que já aconteceram em sua vida, e escolha o número que mais representa o quão ruim foi esta situação para você:

- ① Nada Ruim
- ② Um Pouco Ruim
- ③ Mais ou Menos
- ④ Muito Ruim
- ⑤ Horrível

	A - Já aconteceu?	B – O quão ruim foi?
a) O nível econômico da minha família baixou de uma hora para outra	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
b) Alguém em minha casa está desempregado	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
c) Meus pais se separaram	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
d) Já estive internado em instituição (abrigo, orfanato)	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
e) Já fugi de casa	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
f) Já morei na rua	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
g) Já dormi na rua	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
h) Já trabalhei na rua	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
i.) Alguém da minha família está ou esteve preso	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
j) Sofri algum acidente grave	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
l) Alguém muito importante pra mim faleceu	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
m) Já passei fome	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
n) Meu pai/mãe casou de novo	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
o) Meu pai/minha mãe teve filho com outros parceiros	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
p) Já fui assaltado(a)	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
q) Já cumpri medida socio-educativa sem privação de liberdade	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
r) Já estive privado de liberdade (Instituição fechada)	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
s) Já fui levado para o Conselho Tutelar	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
t) Já tive problemas com a justiça	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤
u) Já tive problemas com a polícia	A <input type="checkbox"/> não B <input type="checkbox"/> sim	① ② ③ ④ ⑤

39. Você já teve relações sexuais (transou) alguma vez?

- a. Não (pule para a questão 47)
- b. Sim
- c. Quantos anos você tinha “na primeira vez”?
_____anos
- d. Quantos anos o(a) parceiro(a) tinha ? _____anos
 Não sei
- e. Com quem foi? Namorado(a) Vizinho(a)
 Parente. Qual? _____ Outro _____
- f. A primeira relação sexual
 foi desejada foi forçada

40. Você já transou com:

- a. Meninas/mulheres
- b. Meninos/homens
- c. Ambos sexos

41. Com que frequência você ou seu parceiro costumava usar camisinha?

- a. Nunca
- b. Poucas vezes
- c. Muitas vezes, mas não em todas
- d. Sempre

42. Alguma vez você já fez sexo em troca de dinheiro, favores ou vantagens?

- a. Não (pule para a questão 43)
 - b. Sim
- Em geral, com que frequência você faz/fazia sexo em troca de dinheiro, favor ou vantagem?(Resposta única)
- a. algumas vezes por semana
 - b. algumas vezes por mês
 - c. algumas vezes no ano
 - d. uma ou poucas vezes na vida

43. Você já engravidou alguém/esteve grávida?

- a. Não
- b. Sim
- c. Quantas vezes? _____
- d. Que idade tinha quando engravidou alguém na primeira vez? _____
- e. A gravidez foi desejada?
a. Não b. Sim
- f. Quantos filhos(as) vivos(as) você tem? _____
- g. Com quantas pessoas você já teve filho? _____

44. Você já teve alguma Doença Sexualmente Transmissível/DST (doença que se pega através de sexo e pode gerar corrimento, coceira, ardência ou feridas nos órgãos sexuais)?

- a. Não
 - b. Sim Quantas vezes? _____
- Quais doenças? _____
- c. Não sabe

45. Você/sua parceira já teve algum aborto?

- a. Não sabe
 - b. Não
 - c. Sim Quantas vezes? _____
- Aborto natural _____
- Aborto provocado _____

46. Se você tem filhos, com quem eles moram hoje? (Marque mais de uma resposta se for o caso) (Escreva o número de filhos)

- a. Com ambos os pais _____
- b. Apenas comigo _____
- c. Apenas com o pai/mãe _____
- d. Avós paternos _____
- e. Avós maternos _____
- f. Outro parente _____
- g. Abrigos _____
- h. Família adotiva _____
- i. Na rua _____
- j. Não sei _____

47. Neste espaço você pode colocar o que achou deste questionário e/ou mencionar algo que considera importante e/ou que não foi perguntado:

ANEXO B

TERMO DE CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO

À Direção

Através do Projeto de Pesquisa “UM ESTUDO DOS FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO COM JOVENS QUE CUMPREM MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA (E QUE SE ENCONTRAM EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE PSICOSSOCIAL)” estamos investigando o perfil sociobiodemográfico, os fatores de risco e de proteção presentes na vida dos jovens em conflito com a lei e em outras situações de vulnerabilidade, além de buscar conhecer a situação de suas famílias na cidade de Santa Maria. Gostaríamos contar com a colaboração de sua instituição para a realização dessa pesquisa. Para tanto, solicitamos a permissão para entrar em contato com os jovens e parentes que frequentam a instituição, verificando o interesse dos mesmos em colaborar com o estudo. A participação dos jovens consistirá em responder a um questionário, que deverá levar, em média, 60 minutos. O questionário trata de aspectos sócio demográficos, assim como aqueles relacionados à educação, saúde (incluindo sexualidade e drogas), família, humor, trabalho, lazer, violência, rede de apoio social, religiosidade, auto estima e auto eficácia. A participação dos pais pode ser realizada de duas maneiras. A primeira é a disponibilidade para responder a uma entrevista que investiga a relação dos mesmos com os filhos (seus sentimentos, atitudes, dificuldades). A segunda maneira consiste em responder a um questionário que também trata de aspectos sócio demográficos, assim como aqueles relacionados à educação, saúde (incluindo uso de drogas), família, trabalho, lazer, violência, rede de apoio social, religiosidade.

A aplicação desses instrumentos será realizada, se permitido, nas dependências físicas da escola/instituição e será solicitada a concordância na participação da pesquisa, sendo tomados todos os cuidados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações. Os participantes serão informados de que sua participação no estudo é voluntária e que poderá ser interrompida em qualquer etapa, sem nenhum prejuízo ou punição. A qualquer momento, tanto os participantes, como a instituição, poderão solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados a esse estudo. Os dados obtidos através da escala e do questionário serão guardados no Programa de Pós-graduação em Psicologia, sala 308 do prédio de apoio da Universidade Federal de Santa Maria (Rua Floriano Peixoto, 1750) e destruídos após o período de cinco anos.

Na eventualidade de detectarmos sinais de risco físico ou psicológico nos participantes do estudo, será feito contato com a instituição ou profissional responsável para o encaminhamento das observações. Haverá uma devolução dos resultados finais do estudo, de forma coletiva à escola/instituição.

Agradecemos sua colaboração e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais. A pesquisadora responsável por esta pesquisa é a Prof^a Ana Cristina Garcia Dias Programa de Pós-Graduação da Psicologia. Caso queiram contatar com nossa equipe, isto poderá ser feito pelo telefone (55) 3220 9304 e e-mail anacristinagarcias@gmail.com.

Assinatura da Pesquisadora

Data __/__/__

Nome da Instituição:

Nome do Responsável pela autorização:

Concordamos que os adolescentes freqüentadores desta instituição participem da pesquisa “UM ESTUDO DOS FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO COM JOVENS QUE CUMPREM MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA (E QUE SE ENCONTRAM EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE)”

Data: ___/___/_____

Concordamos que os pais ou cuidadores dos adolescentes que freqüentam esta instituição participem da pesquisa “UM ESTUDO DOS FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO COM JOVENS QUE CUMPREM MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA (E QUE SE ENCONTRAM EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE PSICOSSOCIAL)”

Nome da Instituição:

Nome do Responsável pela autorização:

Data: ___/___/_____

ANEXO C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Aos Jovens/Adolescentes,

Estamos realizando uma pesquisa intitulada: “UM ESTUDO DOS FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO COM JOVENS QUE CUMPREM MEDIDA SÓCIOEDUCATIVA”, que investiga os fatores de risco e proteção no desenvolvimento de jovens/adolescentes que cumprem medida sócioeducativa na cidade de Santa Maria. Sua participação consistirá em responder a um questionário, durante o tempo de 60 minutos aproximadamente. O questionário abordará questões relacionadas à sua família, sua idade, com quem mora, sua escolaridade, saúde (incluindo sexualidade e drogas), estado de humor, trabalho, lazer, violência, religiosidade, autoestima, autoeficácia, entre outras.

Serão tomados todos os cuidados para garantir sigilo e confidencialidade dos dados. As informações obtidas através dos questionários serão analisadas para que se possa, no futuro, auxiliar outros adolescentes. Os dados obtidos através dessa pesquisa serão guardados no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (rua Floriano Peixoto, 1750, sala 308), sob a responsabilidade da Prof^ª. Dr^ª Ana Cristina Garcia Dias, sendo destruídos após o período de cinco anos.

Sua participação é voluntária, podendo ser interrompida em qualquer etapa, sem nenhum prejuízo ou punição. É possível que algumas questões relacionadas a experiências de vida possam causar sentimentos desagradáveis. Se isso ocorrer, você poderá solicitar para realizar um intervalo ou interromper a entrevista. Caso seja necessário, você poderá ser encaminhado para algum serviço que ofereça atendimento psicológico.

Você responderá ao questionário na escola em que você estuda. Não há nenhuma forma de compensação financeira por participar deste projeto. A pesquisadora responsável pelo estudo é a Prof^ª. Dr^ª Ana Cristina Garcia Dias e a coleta de dados será realizada pelos componentes do Grupo de Pesquisa Avaliação e Intervenção em Saúde e Desenvolvimento Humano. A sua colaboração é muito importante. Assim desde já, agradecemos sua contribuição para o desenvolvimento desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos através do telefone (55) 32209305 ou 32209304, ou e-mail: anacristinagarciadias@gmail.com. Este documento foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria.

AUTORIZAÇÃO

Eu _____ (nome do participante) fui informado dos objetivos e da justificativa desta pesquisa de forma clara e detalhada. Recebi informações sobre cada procedimento, dos riscos previstos e benefícios esperados. Terei liberdade de retirar o consentimento de participação na pesquisa em qualquer momento do processo. Ao assinar este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os meus direitos legais serão garantidos e não renuncio a quaisquer direitos legais. Ao assinar este Termo, dou meu consentimento livre e esclarecido, concordando em participar deste estudo.

Assinatura do participante

Data __/__/__

Assinatura do Pesquisador Responsável

Data __/__/__